

|

ISSN 1809-0451



Cadernos da **AMEPE**

*Evidenciando
Nossos Talentos*

O SER HUMANO ALOÍSIO XAVIER

Tiago Barbosa Silveira



Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco

DIRETORIA EXECUTIVA

BIÊNIO 2006-2007

Presidente

Dr. AIRTON MOZART VALADARES VIEIRA PIRES

1º Vice-Presidente

Dr. LAIETE JATOBÁ NETO

2º Vice-Presidente

Dr. EMANUEL BONFIM CARNEIRO AMARAL FILHO

Secretário Geral

Dra. MARIA DAS GRAÇAS SERAFIM COSTA

Secretário Geral-Adjunto

Dra. ANDRÉA EPAMINONDAS TENÓRIO DE BRITO

Diretor de Finanças e Patrimônio

Dr. EDVALDO JOSÉ PALMEIRA

Diretor de Finanças e Patrimônio-Adjunto

Dr. FERNANDO MENEZES SILVA

Conselho Fiscal

*Dr. ANTÔNIO MEDEIROS DE SOUZA
Dr. JOÃO ALBERTO MAGALHÃES DE SIQUEIRA
Dra. INÊS MARIA DE ALBUQUERQUE ALVES
Dra. FERNANDA MOURA DE CARVALHO
Dra. CÍCERO BITTENCOURT DE MAGALHÃES*

Diretoria Cultural

*Dr. CARLOS MAGNO CYSNEIROS SAMPAIO
Dra. CRISTINA REINA MONTENEGRO DE ALBUQUERQUE - Diretora-Adjunta*

Diretoria Esportiva

*Dr. ARNÓBIO AMORIM A. JÚNIOR
Dr. JOSÉ VALDMIR DE OLIVEIRA CHAVES - Diretor-Adjunto*

Diretoria Jurídica

*Dr. EUDES DOS PRAZERES FRANÇA
Dr. JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA - Diretor-Adjunto*

Diretoria de Informática

Dr. RAFAEL JOSÉ DE MENEZES

Diretoria Social

*Dr. CLICÉRIO BEZERRA E SILVA
Dra. ANDRÉA DUARTE GOMES*

Diretoria CAMPE

*Dr. DANILo GALVÃO MARTINIANO LINS
Dr. PAULO HENRIQUE MARTINS MACHADO
Dr. LUIZ GUSTAVO MENDONÇA ARAÚJO*

Sumário

<i>Apresentação.....</i>	7
<i>O ser humano Aloísio Xavier</i>	
<i>Um filho da Vitória.....</i>	15
<i>Perda, choro e culpa.....</i>	19
<i>Livros: o primeiro amor.....</i>	21
<i>A religião e o início de um grande amor.....</i>	25
<i>"Um homem que amou a vida ".....</i>	37
<i>O magistrado e a busca incansável pela justiça</i>	41
<i>Um homem versátil.....</i>	43
<i>Ingresso na magistratura: primeiro lugar.....</i>	49
<i>O homem que não se curvava.....</i>	53
<i>Entre versão, fatos e lei: a Justiça.....</i>	63

<i>O olhar sobre o Judiciário e a lição de grandeza...</i>	71
<i>A desilusão na magistratura.....</i>	79
<i>O professor da justiça: a dedicação ao conhecimento.....</i>	87
<i>Quarenta mil formas de ver o mundo.....</i>	99
<i>O poeta das leis.....</i>	105
<i>O reconhecimento nas homenagens</i>	109



*“... alguém que muito amou na vida, fazendo
do trabalho espécie de oração. Regada com suor
e transformada em pão... ”*

Alosio Xavier

Apresentação

O magistrado Aloísio Xavier

Quando ainda menino, conheci o Dr. Aloísio Xavier na casa do promotor de justiça Dr. Francisco Soares Miranda, casado com uma prima do meu pai, e aprendi a reverenciar a sua pessoa pela admiração e o respeito que tanto o meu querido pai quanto o Dr. Francisco Miranda nutriam pelo magistrado, por sua cultura, simplicidade e, antes de tudo, por sua dignidade no exercício da judicatura. Mais tarde vim a ser seu aluno na disciplina De ontologia Jurídica, da tradicional Faculdade de Direito do Recife, oportunidade em que, já amadurecido, pude perceber o porquê da admiração que todos cultuavam pelo mestre e magistrado, homem de gestos simples e de caráter inquebrantável, paradigma de honestidade, ética profissional e sensibilidade, além de ser possuidor de uma fina ironia, mesclada por verve humorística singular, que

7



aliava a sua presença de espírito à aguçada visão crítica da sociedade em que vivia.

Pois bem, é sobre esse lado pitoresco, que marcou de forma indelével a vida desse grande brasileiro, que eu gostaria de tecer estas breves considerações, acreditando que a leitura da sua biografia esteja sempre vinculada à ideia de que a seriedade da vida e o mundo de atribuições e responsabilidades que permeiam o difícil dia-a-dia dos magistrados sejam encarados com uma certa desagrem de bom humor e irreverência.

Das várias histórias que conheci do Dr. Alzio, tentarei resumir algumas que mais me chamaram a atenção e que muito me divertiram.



8

Parece-me que o Dr. Alzio, na ocasião, exercia a judicatura na Comarca de Bezerros, tendo como promotor de justiça o já citado Dr. Francisco Miranda, homem de rígida formação moral e de cultura jurídica respeitada por todos. Era comum, na época, desavenças possessórias entre humildes agricultores, principalmente com a invasão das propriedades por gados que ultrapassavam os seus limites, danificando as plantações dos vizinhos.

Naquele época, como é comum acontecer até hoje nas comarcas do interior do Estado, as pessoas, principalmente as mais humildes, buscavam um contato direto e imediato com o magistrado para fazer as suas queixas e se aconselharem com

aquele que é uma espécie de "grande pai", pela posição e respeito que ostenta na sociedade. Pois bem, o Dr. Molsio, homem bastante acessível, atendia a todos em seu gabinete sem qualquer distinção e semanalmente era abordado por uma senhora, vítima da invasão de suas terras pelos bois do vizinho. Essa senhora, todas as vezes que se apresentava ao juiz, sempre se anunciava como a mulher do boi. De tanto aborrecê-lo, o Dr. Molsio, em uma das ocasiões em que mais uma vez ela se fez anunciar como a mulher do boi, teve de supetão a seguinte resposta: "Minha senhora, eu sou Xavier, mas não sou o Regulador". ("Regulador Xavier" era um remédio bastante popular na época, que servia para regular a menstruação).

Em certa ocasião, o Dr. Molsio, que também lecionava na Faculdade de Direito de Olinda, foi abordado pelo diretor da Faculdade, professor Indio de Barros Melo, que se fazia acompanhar, naquele instante, por um professor paulista, que visitava o campus da Faculdade. Tinha acabado de chover e, no local por onde passavam, o piso de barro estava bastante encharcado. De forma um tanto quanto inconveniente para o momento, o professor Barros Melo chama o Dr. Molsio para apresentá-lo ao visitante, fazendo uma referência ao nosso magistrado, realçando a sua verve humorística, solicitando que o Dr. Molsio fizesse na ocasião um trocadilho com o professor visitante. Evidentemente, que o momento para a brincadeira



não era oportuno. Todavia e de incômodo, o Dr. Moisio se agachou e apanhou no chão um punhado de barro ainda úmido, esfregando-o no terno do diretor da Faculdade, dizendo: "Professor Indacio, de Barros Melo". Imaginem o arrependimento do diretor em ter feito a brincadeira em ocasião tão inadequada.

E, para encerrar, uma história que bem retrata o pensamento que o Dr. Moisio tinha com relação à conduta que deve nortear a vida dos magistrados. Discutia-se na casa do Dr. Francisco Miranda a respeito da Pena de Morte. Tema polêmico, como até hoje o é, a opinião do magistrado era radicalmente contrária a sua adoção em nosso país. Todavia, lá para as tantas, após acirrada discussão, ele chegou a admitir a pena máxima, mas em apenas uma circunstância: desde que a sua aplicação se desse contra julzes de Direito comprovadamente corruptos, pois não podia admitir que sendo o Poder Judiciário o último recurso do cidadão para restabelecer o seu direito violado, pudesse encontrar pela frente um magistrado corrupto que viesse a colocar sob suspeita todo o sistema jurisdicional.¹⁰

Era assim o nosso homenageado. Homem de uma sinceridade e de dimensão humana e moral que em muito enaltecia a magistratura pernambucana. Nunca se curvou aos poderosos, nem prestou salamaleques com fins bajulatórios para



galgar postos de destaque no Poder Judiciário. Cultivava uma vida humilde e tranquila ao lado dos seus familiares e amigos, não chegando a integrar o Tribunal de Justiça. Faleceu como juiz aposentado de terceira entrância, o que se constituiu em uma das maiores injustiças já cometidas na história do nosso Poder Judiciário. Contudo, deixa-nos como legado o seu exemplo de magistrado culto, íntegro e probó, nome que deve ser cultivado pelas novas gerações como exemplo de vida e que sirva como parâmetro a todos que tenham por objetivo edificar um Poder Judiciário digno, independente e respeitado pelos magistrados que possui.

José Viana Ulysses Filho 11
Juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública



O ser humano Aloísio Xavier

Um filho da Vitória

Aloísio de Melo Xavier nasceu em Vitória, a 51 km do Recife, no dia 6 de junho de 1918. À época, a cidade da Zona da Mata de Pernambuco, hoje conhecida como Vitória de Santo Antônio em homenagem ao padroeiro local, encontrava nas atividades fundidoras seu meio de existir. Vitória contava com cerca de 90 engenhos voltados, principalmente, para a cultura da cana-de-açúcar. A terra dos rios Natuba e Tapacurá era uma região pacata e muito bem cuidada, com um carnaval bastante conhecido pela disputa amistosa de dois blocos carnavalescos: o Camelô e o Leão.

A paixão pela cidade natal seria um dos traços mais marcantes na vida de Aloísio Xavier. Nascido de parto normal, com o auxílio de uma parteira, prática comum no interior, ele foi o segundo dos cinco filhos que o casal Maria de Melo Xavier e José Francisco Xavier deram à luz: três homens e duas mulheres. Apesar de viverem em uma terra permeada pela presença de grandes engenhos, os pais de Aloísio eram de

15



condição humilde e, por isso, possuíam apenas uma pequena propriedade, que se assemelhava a um sítio ou a uma fazenda de menor proporção.

Dona Maria foi uma dona-de-casa tranquila que dedicou sua vida a cuidar dos filhos e do lar. Anos mais tarde, a dedicação e os ensinamentos que procurou demonstrar seriam reconhecidos e enaltecidos nas palavras de Mösio. Para ele, "o magnífico exemplo da constante mansuetude e da inquebrantável cordura" foram marcas do comportamento de sua mãe que jamais esqueceria. Uma das lições que considerou mais importantes passada por quem lhe deu à luz foi quanto à capacidade de perdoar. Quando criança, diante de situações em que sentia vontade de revindicar injúrias e ofensas, relatou Mösio, ela o aconselhava a esquecer ou oferecer o perdão: "Meu filho, seja como a árvore do sândalo, que perfuma até o machado que a corta", costumava ensinar. A mãe viria a falecer em 1971, quando ele já era avô.

No perfil do pai, o que mais se destacava era a calma. O atributo era tão flagrante que foi incorporado ao nome dele. Tentando obter um registro na junta comercial que o habilitasse a exercer o ofício de comerciante, José Francisco foi informado de que já havia o cadastro de um cidadão com o nome idêntico ao seu. Para se diferenciar do companheiro de trabalho, ele adotou como sobrenome o

apelido de "Manso", que lhe fora imposto a partir do seu comportamento, passando a se chamar José Francisco Manso Xavier. Além do expediente no comércio, onde possuía uma pequena loja que vendia artigos em geral, José chegou a comercializar sal na feira da cidade. O seu currículo também comporta uma experiência como almoocreve, uma espécie de mascate do interior, que percorria a cavalo as cidades vendendo, de casa em casa, os mais variados utensílios. Trabalhou, também, no açougue público de Vitória como marchante.

Molisio considerava José Francisco uma pessoa com vocação especial para o comércio, sempre capaz de convencer aqueles que entravam em sua loja a sair com, pelo menos, um produto adquirido. O valor que o pai atribuía à cultura também despertava fascínio em Molisio, que via em seu progenitor alguém menos preocupado em acumular bens materiais e constituir um patrimônio do que propiciar aos filhos subsídios para engrandecê-los internamente.

Molisio também admirava no pai a dedicação à esposa e aos filhos para quem o lar "era o seu porto remângoso e amigo". José Francisco se empenhava em resguardar a moralidade, os bons costumes e o respeito dos seus filhos. Nas rodas de gamão, que costumava jogar com amigos, tentava poupar seus meninos dos palavreadões e das histórias impróprias

para a idade deles. Repetia para seus companheiros, quando algum se excedia nos comentários: "Olhe o menino, olhe o menino!".

José Francisco talvez tenha sido o maior ídolo de Mário Xavier. Analisando o desempenho do pai no exercício da paternidade e na maneira como levou a vida, ele não tinha dívidas em lhe atribuir nota dez. "Sempre o tive como o expoente máximo da minha família. É possível que na minha descendência valor mais alto se levante", anotou ao chegar ao auge da maturidade.



Perda, choro e culpa

"...o homem, embora nos momentos derradeiros, pode ter coragem no peito para enfrentar a morte, comportamento digno de alguém que só poderia ser cristão."

A relação que manteve com o pai, entretanto, ficou marcada para sempre na memória de Alcísio devido ao triste episódio que levaria à morte de José Francisco. Diabético, José necessitava, por recomendação farmacêutica, de aplicações diárias de injeções para conter um扰rbio nervoso. Quem costumava fazer essas aplicações intramusculares era o seu filho Alcísio.

Um dia, aos cinqüenta e sete anos de idade, José subiu ao sobrado em que morava, em Vitória, bastante contrariado e queixando-se de um desentendimento que tivera com um colega comerciante. Ele pediu para tomar uma injeção. O jovem Alcísio, com 20 anos, receoso pela condição em que se encontrava seu pai, ponderou a respeito da necessidade imediata da aplicação do medicamento: "Papai", disse ele, "não seria melhor o senhor não tomar essa injeção hoje?". José não cedeu ao

19



Livros: o primeiro amor

"Quando menino pratiquei muitas peraltices e brincadeiras, graças à minha natural inquietude, que não me dava tréguas. Comecei a entender, desde então, o imenso valor da alegria, contrapondo-se aos problemas e às misérias da vida humana".

Ném dos pais, a quem costumava obedecer e admirar, Alciso cultivou bastante o convívio harmonioso com seus irmãos. Na infância, como ele próprio viria a definir, era um "sujeito alegre, felizmente". "Quando menino", escreveu anos mais tarde, "praticei muitas peraltices e brincadeiras, graças à minha natural inquietude, que não me dava tréguas. Comecei a entender, desde então, o imenso valor da alegria, contrapondo-se aos problemas e às misérias da vida humana". A tranquilidade alegre apresentada constantemente era um dos fatores que impediam que qualquer pessoa o visse irritado.

Alciso era diferente dos garotos da sua idade quando procurava se divertir. No lugar de jogar futebol, mania nacional, preferia ler. Essa relação com os livros se transformaria numa verdadeira paixão. Obsessiva e

21



satisfatória. Quando pequeno, Aloisio abria mão de participar de competições esportivas promovidas pelas escolas onde estudava para se entregar à leitura solitária.

Desde cedo, havia descoberto nos livros um caminho para se chegar ao aperfeiçoamento próprio. "Os livros, francamente, me fascinavam. Sem que eu suspeitasse, esse tropismo natural em busca da verdade, do conhecimento científico, já representava uma séria e fundamental opção a que todos os humanos devem submeter-se: cuidar do aperfeiçoamento próprio, isto é, do desenvolvimento do eu, ou preocupar-se em amontoar bens ou riquezas materiais, formando um patrimônio e desenvolvendo, em lugar do 'eu', o 'meu'. Trata-se, como se verifica, da prevalência do verbo ser sobre o verbo ter", refletiu, já quando adulto.²²



O hábito da leitura encontrou espaço adequado para ser exercitado na loja do seu pai. Aloisio, desde cedo, ajudava nas vendas, mas se dedicava especialmente à seção de livros. E, quando o interesse do cliente por uma obra se confrontava com o dele, o jeito era recorrer com apelos emocionais ao dono do estabelecimento, ninguém menos que aquele que mais lhe queria bem. "Papai, não venda esse livro não. Eu vou ficar com ele", costumava pedir sempre que estava diante de uma edição que lhe atraía os olhos. Com os volumes que foi adquirindo da loja da família, Aloisio conseguiu montar, muitos anos mais tarde, uma

biblioteca de fazer inveja a qualquer cidade, com mais de 40 mil obras.

A leitura foi um hábito alimentado, constantemente, por Moisio que o ajudou bastante na vida escolar. Muito atento ao que os professores ensinavam, ele sempre tirava boas notas nas disciplinas lecionadas nos colégios por onde passou. Iniciou seus estudos na cidade de Vitória. Cursou o primário na escola Eudócia D'Alcântara Ferreira. Quando estava no momento de entrar para o ginásio (hoje equivalente ao Ensino Fundamental), seus pais preferiram matriculá-lo em uma instituição do Recife, o Instituto Carneiro Leão, em 1933.

Depois, em 1935, por influência de conterrâneos seus, foi aprovado no exame de admissão e passou a assistir a aulas no Ginásio Americano Batista como interno. Apesar de a formação escolar ser satisfatória do ponto de vista pedagógico, a linha religiosa do colégio motivou a transferência de Moisio. Sua mãe, católica praticante, não queria que o filho concluisse os estudos iniciais no Americano, cuja orientação era protestante. A conclusão foi feita no Ginásio do Recife, dirigido pelo Padre Félix Barreto, onde consta o seu diploma de formação. A falta de recursos e o falecimento do pai, porém, forçaram-no a interromper os estudos, que só foram retomados e concluídos em 1940.

23



A religião e o início de um grande amor

"Dona Maria, eu vou passar a semana fora. A senhora dá licença de eu beijar a mão de Eunice?". Concedido o pedido, ele insistia um pouco mais: "Eu vou me adiantar: eu beijo a mão da senhora e dou um na testa dela",

Molisio foi uma pessoa bastante religiosa. Desde menino, não perdia uma missa dominical, mas não era uma daquelas pessoas fanáticas, que achavam ser desprovidas de pecados e, assim, pensava que estaria "subindo aos céus". Quando casado, participou do Movimento Familiar Cristão (o que hoje se chama de encontro de casais). Mas é da infância, porém, que Molisio guarda uma lembrança curiosa sobre a importância que a religião católica teve para ele.-aos sete anos de idade, freqüentava aulas de catequese para poder fazer a primeira comunhão. A sua instrutora, dona Maria Paranhos, além de ensinar o catecismo, dizia insistente mente que a primeira comunhão era o dia mais feliz na vida de uma pessoa.

Ansioso, Molisio nutria uma expectativa pela chegada do momento que, acreditava, seria o dia de maior felicidade para

25



ele também. No domingo em que isso ocorreria, seguiu para a Igreja Matriz de sua cidade, vestido de branco como mandava a tradição. Na cabeça, a promessa da felicidade máxima. Depois dos cânticos, rezas, orações, fez a primeira comunhão e recebeu cumprimentos, beijos e abraços. Chegou em casa faminto, pronto para aproveitar o tão sonhado dia "D" da felicidade. As horas se sucederam, porém nada de diferente aconteceu. Aloisio ficou decepcionado e questionou-se a respeito do prometido sentimento.

Depois do jantar, seu pai o convidou para ir ao circo. Ao assistir ao espetáculo e apreciar os risos e as trapalhadas de um palhaço chamado Gregório, Aloisio vislumbrou a possibilidade de estar sendo aquele o dia mais feliz da vida dele. Anos mais tarde, sobre esse episódio, refletiu: "Assim é a alma infantil. Assim haveria de ser também a minha primeira comunhão, o dia mais feliz da minha vida".

A religião esteve presente na vida de Aloisio também no momento em que ele conheceu a mulher com a qual viveria por 60 anos, entre namoro, noivado e casamento. Dessa vez, como pretexto para o inicio de um grande amor. Por volta de 1940, no final da adolescência, quando a maturidade já batia à porta de sua vida, Aloisio Xavier, com 21 anos, demonstrava estar atraído por uma menina que costumava freqüentar as missas de Vítória. A menina, que hoje atende pelo nome de Cunice

Xavier, conta que, à época, seus familiares sempre lhe diziam que havia um rapaz procurando-a nos cultos religiosos. Menina recatada e obediente aos conselhos maternos, Eunice, porém, nunca foi à procura do garoto. "Minha mãe dizia para eu sentar na frente durante as missas. Nunca olhar para trás. Na rua, se escutasse um 'psiu', não deveria virar o rosto para saber de onde vinha", contou Eunice.

Mas o destino, ou melhor, os conhecidos de Molsio e Eunice, que tinha 16 anos, trataram de colocá-los frente a frente. Certa vez, um garoto convidou o colega Molsio para ir à casa de uma tia, nada menos que a mãe de Eunice. Quando chegou por lá, deixou o convidado na sala de estar e precisou se ausentar por um instante, para resolver um assunto particular. Ao se despedir por pouco tempo do amigo, pediu a prima Eunice que fizesse as honras da casa, ou seja, desse atenção à visita até que ele retornasse. "Dali em diante, não paramos mais de nos ver", revelou Eunice sobre o que aconteceu a partir do momento em que ficaram a sós. "Foi para sempre", acrescentou. Esse, entretanto, não foi o único romance a envolver as duas famílias. Uma prima de Eunice era casada com o irmão mais velho de Molsio.

O relacionamento entre Eunice e Molsio se consolidou, mas seguiu as regras de comportamento que tradicionalmente guiava os namoros por volta da década de 40. A prudente

distância era vista como sinal de respeito e qualquer tentativa de aproximação, que poderia ser interpretada como um sinal de intimidade exacerbada, deveria ser analisada pelos pais da moça.

"Ele sempre manteve por mim um respeito muito grande. Não era sua idéia, e nem poderia ser, fazer de mim uma mulher perdida, como se costumava dizer naqueles tempos, para depois querer que eu fosse sua mulher, com quem iria casar. Pelo contrário, ele era uma pureza, uma alma que está no céu: nunca levantou a voz para mim e nunca me disse uma imoralidade sequer". Foi assim que Cunice resumiu o teor da relação que duraria por décadas e somente seria interrompida pela morte que tirou Alcísio de sua convivência.

28



Para exemplificar um pouco do tratamento que Alcísio lhe dedicava, Dona Cunice relatou um episódio no qual, em sua opinião, reside a maneira carinhosa e respeitadora do ex-marido. No mesmo ano em que conheceu Cunice, Alcísio começou a estudar Direito no Recife e, por isso, precisava se ausentar da cidade durante a semana. Numa das vezes em que se despediu da namorada, ele se aproximou da sogra e arriscou: "Dona Maria, eu vou passar a semana fora. A senhora dá licença de eu beijar a mão de Cunice?". Concedido o pedido, ele insistiu um pouco mais: "Eu vou me adiantar: eu beijo a mão da senhora e dou um na testa dela", contou Cunice.

Nas horas de lazer, os dois costumavam ir aos



Chegada do 1º avião em Vitória

para o impedir de seguir adiante na vontade de ter ao lado Eunice. Pelo contrário. Apinado com os pensamentos que consideravam a mulher igual ao homem, ele refutou a alegação de Dona Maria, deixando claro que não queria mulher para cozinhar. Anos mais tarde, Eunice comprovou que o namorado, agora marido, não estava falando da boca para fora. ‘Uma vez, ele me encontrou na cozinha preparando um mingau e disse:

– O que você está fazendo na cozinha, minha mulher?

– Apenas preparando um mingau...

– Prometi a sua mãe que você não ficaria na cozinha.

Deixe que eu chamo outra pessoa para cuidar disso.’

O noivado durou quatro anos até que, em 1946, eles se casaram. Eunice foi mais que uma mulher para Moisés. Foi sua companheira, amiga, e parceira no trabalho. Com ela, ele dividiria os momentos de alegria com a chegada dos filhos e o sucesso na carreira como juiz, assim como as tristezas que o marcaram ao longo do exercício da magistratura e nos desapontamentos com os problemas mundanos. O jornalista José Edvaldo, amigo do casal, definiu com propriedade o quanto Eunice significou para Moisés: ‘Era uma mulher admirável, forjada pela mão do criador no mel e no mármore (digo no mel pela docura de pessoa que é, pelo carinho que transmite a todos, pela sensibilidade que transpira; no

31



32



80 anos

mármore, pela força que sustenta sua personalidade marcante, firme diante das adversidades da vida) ”.

Em entrevista ao jornalista João Alvares de Albuquerque, Motsio Xavier disse que os melhores momentos da vida dele “foram seguramente casar com a mulher que queria e ter assistido ao nascimento de todos os seus filhos”. O casal teve seis crianças: Maria Eunice, Aluísio José, Maria da Graça, Frederico José, Gustavo José e Maria de Fátima, pessoas definidas pelo jornalista José Edvaldo, diretor do Jornal da Vitória, como “humanos extraordinários, estudiosos, formados em curso de nível superior, trabalhadores, inteligentes e integros”. O jornalista encontrou uma razão para tanta qualidade: “Uma boa semente só pode gerar bons frutos”.

Em casa, Motsio adorava ler. Em cada cômodo, havia um livro com uma página marcada que deixara para continuar em um momento oportuno. Com o sono leve que tinha, costumava acordar e levantar à noite para dar continuidade a uma leitura. À mesa, não interrompia o hábito. Vez por outra, distraía-se com os livros e errava o local da boca com o garfo, atingindo as bochechas, o que era motivo de risadas freqüentes por parte dos filhos. Dizia a Dona Eunice, responsável pela administração do seu dinheiro, que economizasse ao fazer as compras necessárias a casa para lhe comprar um livro novo.



33

34



Bodas de Ouro

Dona Eunice contou que Aloísio era meio hipocondríaco. "Tinha medo de tudo nesse mundo". Um dia, após ingerir um alimento que não lhe caiu bem, teve uma dor de barriga considerável. Isso o assustou. A partir daí, quando ia a festas, não queria comer nada. Dona Eunice tinha que obrigá-lo a provar o que era servido em cada solenidade. Em casa, a lista de alimentos preferidos por Aloísio era restrita, e os pratos levavam em consideração a possibilidade de afetar o seu intestino frágil. Ele apreciava uma boa macarronada e uma bela papa pela facilidade na ingestão, já que não gostava de mastigar por ter receio de ficar engasgado. Gostava, também, de frutas, principalmente mamão e laranja mimosa, dois tipos que não lhe afetavam internamente.

Carne, apenas molida. Não era chegado em comida gordurosa. A galinha tinha de ser bem-feita, sem o caldo e a gordura. Para beber, Aloísio tinha certa preferência por leite e adorava gemada. Ambos, porém, não podiam estar quentes na hora do consumo, condição que ele detestava. No tempo em que foi professor, Aloísio costumava tomar umas cervejinhas com seus alunos. "Com dois copos já ficava 'alegre'", recordou Dona Eunice, que, às vezes, o acompanhava nos momentos de confraternização. Ao chegar à velhice, as comidas que Aloísio ingeria começaram a ser passadas no liquidificador. O cardápio era o mesmo todo dia para não alterar aquilo a que o organismo dele estava acostumado.

35



Molisio era o tipo de pessoa que não queria dar trabalho aos outros e, por isso, não era de pedir nada a ninguém. Sociável, conversava sobre qualquer assunto com amigos, filhos e conhecidos. Mas não admitia que se falasse da vida alheia na sua presença, conduta que, para ele, era desrespeitosa. Numa oportunidade, na hora da refeição, um dos seus filhos puxou conversa sobre o comportamento de uma garota que tinha observado numa festa na noite anterior. Ao perceber que o filho faria referência à conduta de uma pessoa da comunidade, Molisio o interrompeu e perguntou:

"Meu filho, é da vida dos outros que você vai falar?" Antes da confirmação, ele completou, metaforicamente: "Porque, se for, cruge os talheres".

36



Molisio preferia debater sobre assuntos mais acadêmicos, tais como Literatura, Filosofia e livros. Quando o tema da conversa era um desses, ele era capaz de discorrer por um longo tempo. A eloqüência, porém, não se limitava ao diálogo com seus interlocutores. Com sua voz grave, Molisio chegou a cantar na Rádio de Vitória e em algumas solenidades festivas. "Ele não precisava nem de microfone", orgulhava-se Dona Eunice. Além da voz marcante, não abria mão de manter uma imagem impecável. Vaidoso, mas comedido, andava sempre alinhado.

“Um homem que amou a vida”

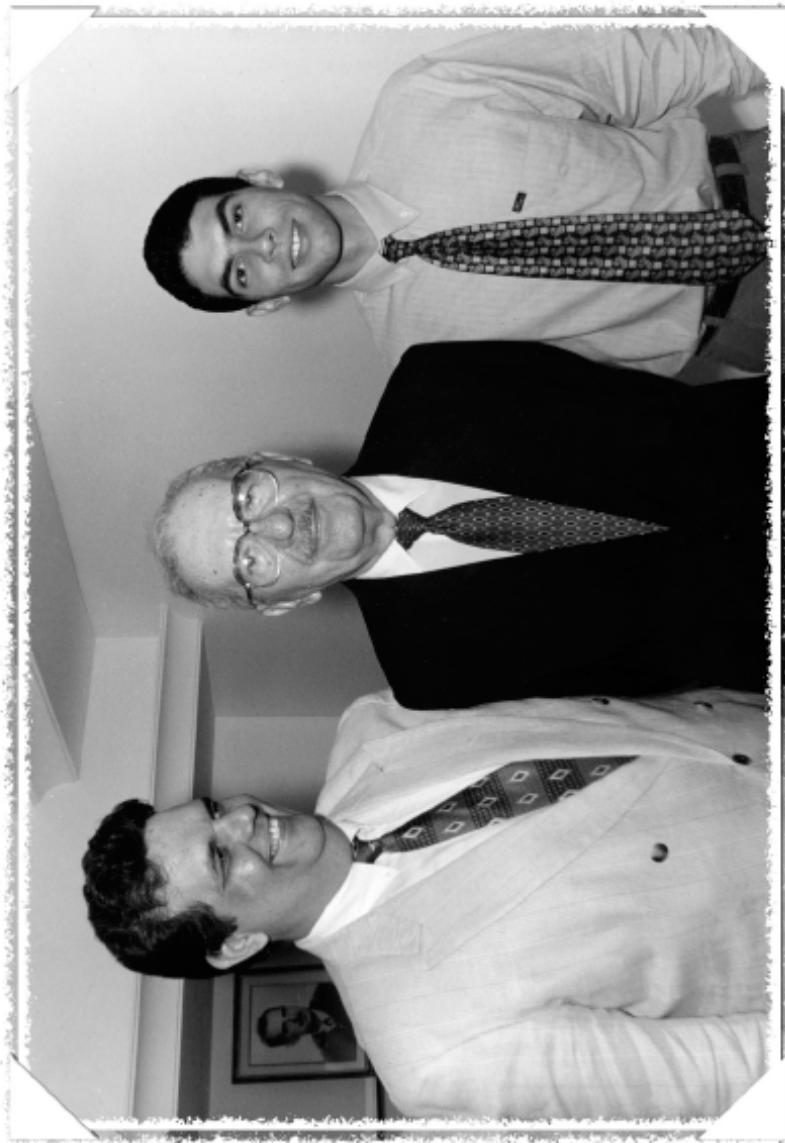
“Vocês, meus pequenos filhos, não esqueçam jamais da caridade que deve revestir todos os seus atos pela vida afora.”

No começo do ano 2000, Motsio, já diabético, sofreu um derrame cerebral que o colocou debilitado sobre uma cama. Desde então, perdeu os movimentos do corpo. A mão esquerda era a única parte que ainda esboçava uma reação, tentando segurar algo que a estimulasse. Apesar de permanecer deitado durante todo o tempo após o acidente cerebral, Motsio não apresentou ferida nas costas, quadro comum a quem se submete a essa situação.

Depois de internado, passou por uma traqueostomia, procedimento cirúrgico adotado em pessoas que necessitam da ajuda de tubos para respirar. Motsio apresentava sangramento quando buscava o ar. Dona Eunice, porém, não quis que o marido permanecesse na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para se recuperar. Ela informou à equipe médica a intenção de cuidar de Motsio em casa e obteve a autorização para transferi-lo. Em seguida, colocou uma

37





Aluísio - filho - Aluízio -pai - Aluísio - neto

enfermeira para ficar ao lado dele durante todo o dia. Mesmo em casa, Alcísio não apresentou melhoras. O quadro permaneceu grave. Momentos antes de ele falecer, uma de suas filhas, preocupada com o sofrimento pelo qual seu pai vinha passando, indagou a Dona Eunice: – Mamãe, o que é preciso fazer para quem quer ir embora? – A oração já está toda pronta, minha filha. Água benta e a vela também – respondeu, sentindo que a morte, àquela altura, era a melhor maneira de aliviar a dor que estava abatendo o marido.

Mas o aparelho de oxigênio mantinha a respiração de Alcísio contínua e impedia que ele pudesse descansar em paz. No dia 1º de abril de 2000, aos 81 anos, Alcísio de Melo Xavier não resistiu à condição na qual se encontrava e faleceu.³⁹ Como era de sua vontade, o corpo seguiu para Vitória e foi velado no Instituto Histórico e Geográfico da cidade. Alcísio foi sepultado no cemitério de São Sebastião, próximo ao túmulo de seu pai.

Aos filhos, ele deixou uma mensagem: ‘Vocês, meus pequenos filhos, não esqueçam jamais da caridade que deve revestir todos os seus atos pela vida afora. Lembrem-se de São Paulo, na sua primeira epístola aos Coríntios: A caridade é paciente, é benigna; a caridade não é invejosa, não é temerária; não se ensoberbece, não é ambiciosa, não busca nos seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal, não folga com a



injustiça, mas folga com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre'. São estas, em síntese, as palavras preliminares que eu desejava dirigir a vocês como o exordio de um testamento com pretensões filosóficas".

Quando ainda estava vivo, Alcísio elaborara um texto que deveria ser grafado nos "rantinhos de papel" distribuídos no momento de seu falecimento: "Morte, filha da noite, irmã do sono, adormecido estou nos braços teus. Mas não me sinto, ó morte, em abandono, porque na vida sempre amei a Deus". A lápide que marcaria o local onde seu corpo estaria enterrado, destinou a mensagem que resumiria, na visão dele, a sua trajetória: "Aqui repousa alguém que muito amou na vida, fazendo do trabalho espécie de oração. Regada com suor e transformada em pão. Só o corpo está aqui, ao resto Deus deu guarda".

O magistrado e a busca incansável pela justiça

O último livro em que pôs as mãos, momento antes de sofrer o derrame que culminaria na sua morte, revela a principal preocupação de Molsio no exercício da vida profissional. A conciliação entre as duas palavras que davam título à obra, "Justiça e Direito", foi perseguida por ele durante décadas de dedicação à magistratura. Molsio foi obstinado em seguir as leis, mas nunca em colocá-las acima do propósito para o qual foram criadas: promover a justiça entre os que convivem em comunidade.

Os que o conheceram de perto dizem que os conflitos jurídicos, para ele, não se resumiam à apreciação do processo apenas em seus termos legais. Molsio procurava enxergar o que estava por trás dos fatos, as razões que guiavam os comportamentos delituosos e, assim, decidir de uma maneira que atendesse mais à noção de justiça de sua consciência do que à subserviência cega às normas. Suas decisões nem sempre encontravam exemplos na tradição da magistratura,

41



e, na visão dele, cada caso era específico, com detalhes próprios que faziam toda a diferença no exame de sua composição.



Um homem versátil

"*Desculpe-me, dona [Eunice]. Eu queria uma vaga de professor para meu irmão, mas me rendo. Aloísio sabe mais matemática que eu*".

Antes de seguir carreira jurídica e fazer história na magistratura, porém, Aloísio atuou em diversas áreas. Quando jovem, colaborou com o pai na lojinha da família. Depois, perto de completar 18 anos, tornou-se diretor do Serviço de Abastecimento D'água da Prefeitura de Vitoria, na gestão do coronel Sebastião Carneiro da Cunha. Aloísio chegou a ser prefeito por um curto período de dez meses, quando o coronel teve de se afastar do cargo. Naquele tempo, segundo Dona Eunice, não havia vice-prefeito e quando o titular precisava sair, nomeava-se alguém de confiança. Em seu curto mandato, ele realizou serviços burocráticos e aproveitou para pavimentar algumas ruas. Uma dessas foi a que dava acesso à casa daquela que viria a ser sua esposa.

Ainda em Vitoria, Aloísio foi secretário do Gabinete da cidade e da Academia de Comércio. Amante dos livros e do conhecimento, a que dedicava grande parte do seu tempo, a

43





Formatura de Direito em 1945

trajetória dele não poderia passar distante das salas de aula. Lecionou Geografia no Ginásio de Vitória e no Ginásio Municipal 3 de Agosto. Nessa última instituição chegou a ser diretor.

Mas seria em 1940 que Molsio tomaria um rumo decisivo na sua vida profissional. Nesse ano, além de conhecer a mulher com quem iria compartilhar os momentos até seus últimos dias, ele decidiu se dedicar ao estudo do Direito, ainda que tenha cogitado, vagamente, a hipótese de enveredar pelo campo da Agronomia. Na época, a referência no ensino da ciência jurídica em Pernambuco era a Faculdade do Direito de Recife, instituição para a qual Molsio prestou exame de admissão. Na primeira tentativa, entretanto, ele não obteve sucesso: foi reprovado na prova de latim. Meses depois, não encontrou essa dificuldade e conseguiu ser aprovado no exame.

A notícia de sua aprovação foi recebida pela família com alegria e receio. Apesar de saberem que era um grande resultado a chance de Molsio vir a se tornar um operador do Direito, seus familiares temiam pela impossibilidade de que não houvesse condições financeiras de arcar com as despesas referentes aos seus estudos. A faculdade ficava na Capital, mas ele continuava a morar em Vitória e não poderia ter mais a ajuda do pai, já falecido. Molsio contou, para sua sorte, com a compreensão e apoio do seu chefe na Prefeitura, em Vitória,

que permitia que ele se ausentasse durante a semana para estudar.

Resolvido o problema relacionado às suas condições financeiras, restou ao jovem se dedicar à nova etapa de sua vida. Aloísio cursou com eficácia todas as cadeiras, embora não cultivasse muita afição a algumas delas, em especial a Direito Criminal. Ele foi companheiro de classe de pessoas que viriam a se tornar personagens memoráveis da história pernambucana, como Demócrito de Souza Filho. O estudante foi assassinado pela polícia do Estado Novo com um tiro na testa em março de 1945, depois de uma manifestação contra a ditadura, liderada por estudantes de Direito.

46



Aloísio concluiu a faculdade com uma monografia sobre casamento. Retornando a Vitória, foi promotor interino da Comarca local. Ainda na cidade, exerceu a Advocacia, mas encontrou uma dificuldade que estava menos relacionada ao conhecimento dos desdobramentos do Direito do que à maneira de receber pelos serviços prestados. De um lado, Aloísio não gostava de cobrar pela atenção que dedicava. Do outro, estavam clientes que, por serem pobres ou estarem diante de quem não insistia em receber, não pagavam pelos serviços advocatícios dele. Ou melhor, a moeda que utilizavam para agradecer-lhe eram queijo do reino e peru.

Consciente de que não podia sobreviver nem criar seus filhos apenas a queijo e perú, Dona Eunice tomou uma iniciativa em sigilo. Conversou com o prefeito da cidade e conseguiu uma vaga para Alcísio lecionar na Escola Técnica do Recife, que funcionava no Derby. Na instituição, ele passou a dar aulas de Matemática, mas, diante da capacidade e erudição, prontificava-se a cobrir as faltas de qualquer professor, lecionando, assim, todas as disciplinas. A versatilidade de Alcísio não foi bem vista por parte de alguns professores da escola. Muitos não acreditavam na capacidade de um advogado em ensinar disciplinas tão específicas e distintas do seu campo de atuação.

Certa vez, um professor-supervisor, chamado Manoel Viana de Vasconcelos, ficou em cima de Alcísio para verificar se ele tinha, de fato, condições de continuar lecionando. Ele insinuou para Dona Eunice que seu marido não deveria estar naquele local, já que o lugar era destinado a professores que, de certa forma, tivessem sintonia com o conteúdo que estava sendo aplicado. A mulher contou tudo ao marido. Era justamente nessas horas, em que desconfiavam de seu potencial, que Alcísio mostrava o quanto era preparado. Ciente de que o professor Manoel estava de olho no seu desempenho, ele intensificou o preparo das aulas. E contou com a ajuda da mulher para isso.

‘Um dia, tirei ele da cama, coloquei em outro quarto e disse:

47



Prepare suas aulas, pois Dr. Manoel não pode surpreender você em coisa alguma ”, relembrou Dona Eunice.

Molisio não fraguejou e mostrou que um advogado profissional, mesmo com a formação voltada para a área do Direito, era capaz de ensinar outras ciências. O professor Manoel encontrou Dona Eunice, depois de comprovar a capacidade de Molisio, e disse a ela: “Desculpe-me, dona. Eu queria uma vaga de professor para meu irmão, mas me rendo. Molisio sabe mais matemática que eu ”.

Embora o emprego de professor da Escola Técnica estivesse garantido, Molisio queria percorrer o caminho profissional na Advocacia. Mas, na cidade onde atuava, a sobrevivência estava difícil pela dificuldade em receber os pagamentos. Foi aí que Dona Eunice, mais uma vez, decidiu agir. Ela já havia enviado uma carta ao prefeito da cidade dizendo que a situação de Molisio não poderia continuar desse jeito. Dona Eunice foi informada que existia uma vaga para ser advogado em Caruaru. Uma comunicação enviada pelo prefeito, porém, revelou que essa disponibilidade era apenas para o interior, o que, segundo ela, não despertava interesse para eles. Pouco tempo depois, Molisio foi convidado para ser delegado de polícia na capital. O convite partiu do sobrinho do prefeito, o então senador Novaes Filho.



Ingresso na magistratura: primeiro lugar

"Devo a conquista à minha mulher".

O ingresso de Nelsio Xavier na magistratura se deu de uma forma inusitada. Já trabalhando como delegado no Recife, ele, aparentemente, não estava procurando uma outra ocupação. Mas sua esposa, consciente da inteligência com que, nas suas palavras, "Deus presenteou Nelsio", não queria ver seu marido desperdiçar tanto conhecimento adquirido na vida sem tentar adentrar o mundo da judicatura. Certo dia, ela leu no jornal o anúncio da realização de um concurso para o cargo de juiz de Direito. Na hora do jantar, ela informou o marido sobre a seleção e perguntou:

- Por que você não faz o concurso?
- E eu tenho tempo, minha mulher – respondeu, indagando como iria arranjar tempo livre na sua rotina de trabalho para estudar e ter condições de fazer as provas.
- Tem – afirmou, categoricamente, Unice. E acrescentou – Sabe por quê? Porque você tem uma inteligência privilegiada. E eu tenho pena de essa inteligência se acabar. Deus não dá outra.

49



50



45 anos de casamento

Eunice usou um argumento para convencer Molsio a se inscrever no concurso:

– Por enquanto, você só tem emprego político. No ano em que as coisas virarem, como é que você vai ficar?

Molsio, que não era muito afeto à política, e, por isso, incapaz de participar de conchavos para permanecer nas funções que exercia, decidiu fazer a seleção para entrar no âmbito do Judiciário. Em parceria com sua esposa, ele pesquisou o conteúdo programático dos exames aos quais se submeteria e, a partir daí, elaborou uma metodologia para estudar. Ficou acertado que, toda noite, Eunice leria em voz alta os assuntos para Molsio, enquanto ele estava na rede de sua casa. Molsio tinha uma incrível capacidade de assimilar aquilo que ouvia e, aos poucos, as matérias necessárias para a admissão no cargo de juiz foram sendo armazenadas em sua mente.

Quando chegou a etapa de realização das provas, Molsio traçou outra estratégia. Dessa vez, para poder faltar ao trabalho e comparecer ao local da seleção. Todas as manhãs, um motorista chamado Severino vinha buscá-lo para levar ao trabalho. Mas, nos dias em que precisou faltar, Molsio pediu para que sua esposa contasse ao motorista que ele tinha ido visitar sua mãe no interior, que, na versão dos dois, encontrava-se enferma.

Ele fez a prova oral, depois, a escrita e, por último, a de sentenças. Durante esse período, Dona Eunice continuava

a dizer a Seu Severino que Mário não poderia comparecer ao trabalho por motivos de saúde da sua mãe. O esforço valeu a pena: cerca de quatro dias após a realização da última etapa das provas, o resultado anunciado nos jornais informou que Mário de Helo Xavier tinha alcançado o primeiro lugar. No momento em que soube do resultado, o recém-aprovado reconheceu a parceria de sucesso com a esposa: "Devo a conquista à minha mulher", disse.



O homem que não se curvava

"Abro mão do concurso. Mas entregar o título a qualquer um, eu não vou. Perco o concurso", avisou o juiz a Etelvino Lins.

O governador de Pernambuco, Etelvino Lins, lamentou o ingresso de Alcísio na judicatura. Não por receio de que o Judiciário do Estado ganhasse um mau juiz, mas por não poder contar mais com ele como delegado de polícia da Capital. "Perdi o meu melhor delegado de acidentes", teria dito Etelvino.

53

A aprovação no concurso para juiz foi uma virada de página na história de Alcísio. A partir de então, a magistratura seria sua razão de viver. A resolução de conflitos da sociedade e a busca pelo real conceito da palavra Justiça seria uma preocupação constante na sua rotina de trabalho, à qual ele se dedicaria por décadas até os 62 anos de vida. Nesse período, ele passaria por oito comarcas do Estado e encerraria sua carreira na judicatura no Recife.

O inicio não foi nada fácil. O governador Etelvino Lins conhecia a honestidade e seriedade de Alcísio e, por isso, designou-o para a cidade de Flores, conhecida à época como a



54



Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão

"Cordia do Sertão", em alusão ao país asiático onde os conflitos eram constantes. Em Flores, situada no Sertão do Pajeú, a 894 km do Recife, as brigas e confusões tinham se tornado rotineiras e era necessário um magistrado de firmeza e correção para tentar resolver a desordem local. Apesar de passar apenas dez meses como juiz dessa comarca, tempo curto em se tratando da maioria das transferências dentro do Judiciário, Nolácio deu mostras de que tinha condições plenas para assumir o desafio que lhe fora imposto.

E o episódio da entrega dos títulos eleitorais serve como um exemplo da conduta que procurou adotar enquanto autoridade do Judiciário naquela localidade. Nas cidades do interior, o juiz incorpora o papel de juiz eleitoral. Nolácio era encarregado de supervisionar as eleições municipais e, consequentemente, a emissão dos títulos de eleitor. Às vésperas de um pleito, o governador Stelvino recebeu queixas de que o juiz de Flores estaria se recusando a entregar os títulos eleitorais aos seus donos.

Ele, prontamente, entrou em contato com Nolácio, que tratou de esclarecer o caso. O magistrado contou ao governador que só poderia entregar o documento à pessoa a quem, de fato, pertencesse e não a terceiros que alegavam ter ido receber o título em nome de alguém. E que, assim, estava querendo coibir uma prática muito comum no interior antes da sua

chegada, na qual indivíduos votavam portando o título de um outro eleitor. "Os títulos estão todos prontos. É só me dar o endereço das pessoas e elas assinarem que eu mando entregá-los", explicou ao governador. Molsio deixou claro que não pretendia recuar nas suas intenções e que, caso fosse forçado a fazer isso, colocaria o cargo à disposição. "Abro mão do concurso. Mas entregar o título a qualquer um, eu não vou. Perco o concurso", avisou o juiz a Etelvino Lins.

A conduta ética, digna e moralmente séria de Molsio Xavier à frente da comarca de Flores não foi digerida por elementos da população que não queriam aceitar sua autoridade. Um dia, quando chegou à residência que possuía na cidade, encontrou no chão, próxima à porta, uma carta cuja mensagem, escrita em tom ameaçador, tentava intimidá-lo. O texto do bilhete dizia o seguinte: "Você só tem vida até a sexta-feira".

Mas Molsio não se deixou abater. Ele deu uma clara demonstração de que pretendia agir da maneira como vinha fazendo desde que foi designado a assumir o cargo de juiz em Flores. Nos finais de semana, ele costumava ir para sua casa em Vitória, ficar com a família e deixar algum dinheiro para as despesas. Retornava na segunda-feira. Diante da ameaça, o magistrado decidiu permanecer em sua casa, numa atitude de desafio contra quem o tinha abordado por meio da carta ameaçadora. Chegou a sexta-feira, depois o sábado e, por fim o



domingo. O final de semana inteiro e ninguém se atreveu a mexer com o juiz. Na segunda-feira, Aloisio retomou suas atividades normais, dando o recado de que a sua postura profissional estava acima de receios pessoais. Ele não voltou a ser abordado dessa maneira.

Depois de Flores, Aloisio Xavier passou cerca de um ano na comarca de Pocão (Agreste do Estado, no Vale do Ipojuca, a 202 km da Capital), quando se tornou o primeiro juiz da história da cidade. Em seguida, vieram Sanharó (também no Vale do Ipojuca, 210 km do Recife), Camocim de São Félix (no Agreste, a 128 km) onde ficou por seis anos, Angelim (Agreste, a 225 km), comarca de 2º entrância e Bezerros (Agreste, a 107 km). Por onde passou, ele manteve uma conduta ilibada, não se envolvendo com política nem se curvando a regalias. Aloisio não gostava, por exemplo, de aceitar presentes que a população tentava lhe dar. No dia em que deixou a comarca de Camocim, foi presenteado com uma caneta de ouro. Sentiu-se compelido a devolver o objeto, mas diante da insistência, declinou da idéia. A caneta, porém, só foi usada pela primeira vez quando ele foi homenageado ao receber o título de Filho de Camocim. Ele a usou para assinar a honraria.

A primeira comarca que Aloisio comandou na Região Metropolitana do Recife foi a de Jaboatão dos



Fotografia da sessão de fundação do Centro Hospitalar Santa Maria em Vitória de Santo Antão

Guararapes. Ao assumir, porém, ele teve de tomar uma decisão que envolveria sua mulher e seus filhos. Era necessário que os familiares mudassem para Recife, já que não havia o porquê de continuar a residir em Vitória. Os próprios filhos do casal estavam estudando na Capital. O problema em deixar Vitória, entretanto, era mais sentimental que pragmático: Aloísio e Eunice nutriam uma verdadeira adoração pela terra natal. Tamanha que ela chegou a dizer que a mudança foi "a coisa mais triste da minha vida".

Em menos de seis meses, Aloísio Xavier foi transferido para a Capital. Por ironia do destino, o juiz, que não alimentava muita simpatia pela área criminal, teve como primeira experiência no Recife o Juizado de Crime Contra o Patrimônio. Brincava com a mulher que, se Deus quisesse, deixaria logo o local. Sua "preces foram ouvidas" e, em um ano, ele foi transferido para o Civil.

Atuando em uma das varas cíveis do Recife, Aloísio ganhou a admiração dos seus colegas de profissão pela capacidade de aplicar com propriedade os fundamentos da judicatura. "Ele foi um dos grandes magistrados de Pernambuco pela dignidade, ética e correção. Uma verdadeira estrela brilhante. Eu, em relação a ele, era menor até no nome", observou Aluiz Tendório, que conheceu Aloísio Xavier em 1973,

quando também era juiz de uma vara cível. Pela proximidade do ambiente de trabalho e tarefas semelhantes, eles conviveram durante muitos anos.

Molisio se relacionava sempre de maneira muito amistosa com seus colegas de magistratura e as partes envolvidas no processo que lhe chegava às mãos. "Era aberto, recebia as pessoas espontaneamente, sem protocolos, a qualquer momento. Era de trânsito especial, diferenciado, de fácil acesso", frisou Aluiz. Ele se comunicava bem e, na intimidade, gostava de contar piadas e fazer trocadilhos, uma de suas especialidades, que descontraíam o ambiente de trabalho.

60



"Contava histórias pitorescas do interior dele, juntamente com o juiz Manoel Valadares. Ambos tinham uma anedota na ponta da língua", recordou.

A postura de Molisio no exercício da atividade judicante serviu de inspiração para a geração mais nova de juízes que começavam a dar seus primeiros passos na carreira. "Nos vimos nele um exemplo, um protótipo, um modelo. Muitos imitavam todos os procedimentos básicos que ele adotava. Era um magistrado em tempo integral, voltado para a judicatura. Um homem culto, simples e, sobretudo, amigo de todos", comentou Aluiz Tenório. Entre seus maiores atributos jurídicos, relatou Aluiz, estavam o conteúdo exposto nas suas decisões, a independência em relação a qualquer tema, a seriedade como

magistrado e cidadão e, acima de tudo, a vida ética e incorruptível com ou sem a toga. "Não atropelava nenhum colega e convivia muito bem com a 1^ª e a 2^ª entrâncias".



Entre versão, fatos e lei: a Justiça

"Esse juiz é uma mãe". Diante daquela fala, reagiu dessa forma: "Tive vontade de dizer ao autor das palavras que, se eu tivesse sido uma mãe, teria condenado o réu a uma pena muito maior, tendo em vista o depoimento prestado pela genitora do sentenciado".

O jornalista José Edvaldo escreveu que o que mais chamava a atenção no desempenho de Molsio à frente da função era que a sua "retidão de caráter sempre foi maior que qualquer degrau profissional que se pudesse auferir. Nele, o senso de Justiça era superior ao cumprimento da lei". Dois momentos, pontuados pelo próprio Molsio, são suficientes para elucidar a forma como ele agia na magistratura e a relação que estabelecia entre a justiça e a lei.

Pouco depois de iniciar a carreira judicante, chegou ao seu gabinete uma denúncia do promotor da comarca local dando conta de que um rapaz de mais de 18 anos estava foragido e contra ele pesava a acusação de ter sido o autor de um homicídio qualificado por motivo fútil. O processo começou a correr e o jovem apresentou-se diante de Molsio para ser interrogado. Na ocasião, declarou que atendera o chamado da Justiça

63



porque lhe haviam assegurado que seria absolvido quando soubessem os pormenores do caso.

Maisio pediu, então, que o homem contasse a história para analisar esses detalhes capazes de inocentá-lo. O jovem relatou que estava na feira da cidade, juntamente com sua mãe, uma viúva que costumava passar do ponto no consumo de bebidas alcoólicas. Diante do estado de embriaguez da mãe, o rapaz ordenou que ela fosse para casa e que, dali a pouco, também estaria lá para almoçar. A mãe pôs-se no caminho de casa e ele ficou na feira fechando os últimos negócios do dia. Quando o jovem saiu da feira e tomou o rumo de casa, deparou-se com uma cena chocante: sua mãe encontrava-se nos braços de um desconhecido, em "intimidade indisfarçável". O filho prontamente a repreendeu: "Mae, a senhora, com tantas filhas moças, fazendo uma coisa dessas na estrada? Tanto que a gente lhe pede para não beber e não fazer isso, envergonhando a todos nós!".

O homem que estava com a mulher tomou as dores para si e resolveu interferir no assunto que era entre mãe e filho. Houve discussão. E, em seguida, uma briga. Resultado: o desconhecido foi morto. O jovem fugiu, mas deixou cair no local seu chapéu, objeto pelo qual a polícia estabeleceu a autoria do crime.

Maisio, que estava acostumado a escutar todo tipo de versão dos acusados que queriam escapar da condenação,



formulou, logo, uma pergunta para si mesmo: "Teria aquele moço ido ao extremo de comprometer a reputação materna, a fim de escapar a uma merecida punição?". No local do crime, não tinha testemunhas que pudessem contradizer o homem. Só haveria uma forma de saber se ele estava falando a verdade. Chamar a mãe do garoto e interrogá-la quanto à veracidade da história relatada pelo jovem. E foi o que ele fez.

Intimada, ela compareceu diante de Aloisio. Dessa vez, sobria. Confirmou que tinha exagerado na bebida, que seu filho a havia mandado para casa e que, no caminho, encontrou a vítima. Quando questionada por Aloisio quanto à relação que estabelecera com o desconhecido e o flagrante feito pelo filho, a mulher negou veementemente. O juiz advertiu-a de que a confirmação da versão do filho poderia ajudá-la a se livrar de uma condenação maior e leu, na frente dela, as declarações dadas pelo rapaz. A mãe, porém, não alterou seu discurso. O caso mereceu a seguinte ponderação por parte de Aloisio:

"A mãe foi insensível. Não se afastou um milímetro da sua história primitiva, talvez por vergonha, por um tardio sentimento de honra. A experiência judicante vai, aos poucos, desenvolvendo e aprimorando a faculdade de captar a verdade, mesmo quando as almas, por fôs ou nefas, começam a falhar, expelindo a mentira. Eu senti o pavoroso peso da mentira de uma mãe, negando a legítima defesa de um filho".

"Em face da negativa, vi-me obrigado a sentenciar do processo, pronunciando o jovem indiciado. Foi preciso que eu insistisse na circunstância de ter sido a vítima flagrada em intimidade sexual com a mãe do réu para que lhe pudesse aplicar o benefício constante do artigo 121, parágrafo 1º, do Código Penal – se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço."

Depois que leu a sentença condenando o acusado a seis anos de prisão, Molsio escutou o seguinte comentário-jocoso ao sair do Tribunal do Júri: "Esse juiz é uma mãe". Diante daquela fala, reagiu dessa forma: "Tive vontade de dizer ao autor das palavras que, se eu tivesse sido uma mãe, teria condenado o réu a uma pena muito maior, tendo em vista o depoimento prestado pela genitora do sentenciado".

Se fosse se basear apenas no que previa a lei e no depoimento da principal testemunha do crime, Molsio teria sido o responsável por enterrar um bom tempo da vida de um rapaz na cadeia. Um garoto que ele sabia ter agido em defesa de um sentimento familiar digno, embora o método que usasse para isso fosse a violência. Sentimento que a própria mãe do acusado não foi capaz de revelar, mesmo ciente de que seu posicionamento poderia aliviar ou agravar a situação daquele que ela pôs

no mundo. Tudo por causa de uma honra que não apresentou no momento em que bebeu e ficou trocando intimidades com um desconhecido. Molsio presou o crime. Mas não esqueceu de colocar na balança as circunstâncias no qual ele ocorreu. Para o magistrado, a natureza do comportamento não estava dissociada dos fatores que o circundam. A Justiça era mais que aplicar simplesmente a lei. Era observar por trás da cortina dos fatos.

Um outro episódio que ficou na memória de Molsio Xavier foi, já em outra comarca, relacionado à mulher de um sapateiro. O profissional era casado e tinha filhos, mas se apaixonou por outra mulher, a quem oferecia, dentro das suas possibilidades financeiras, melhores condições de vida do que concedia a sua família. A esposa e os filhos começaram, desde então, a enfrentar privações. As duas mulheres do sapateiro moravam na mesma comunidade e sempre que a amante passava pela esposa, tratava-a de maneira desrespeitosa, com desdém.

67



Submissa a essa situação por força da necessidade, a mulher do sapateiro o procurou um dia na sua tenda de trabalho e pediu dinheiro para fazer as compras da semana. O homem se negou a atendê-la, assegurando que não tinha nada naquele momento e que ela deveria voltar mais tarde, pois talvez a situação mudasse. Decepcionada, a mulher voltou para casa,

mas, no caminho, encontrou a amante do marido regressando da feira, tendo atrás de si um menino carregando um cesto cheio de compras. Além de estar com a feira em dia, a concubina passou pela mulher do sapateiro com um ar de deboche e deixou escapulir um sorriso provocador.

Com filhos em casa para alimentar, enfurecida por viver numa condição humilhante, a mulher não se conteve. A provocação da outra foi a gota d'água. Saiu em perseguição da amante com uma faca em punho. Quando a concubina tropeçou, por usar sandálias de dedo, e caiu no chão, a mãe de família feriu-a levemente com a arma. A investigação policial se deu e o processo chegou, mais uma vez, às mãos do juiz Molsio Xavier. Cabia a ele julgar a atitude da mulher. Descartou, imediatamente, a hipótese de legítima defesa, já que a vítima estava fugindo no momento em que foi atingida. Mas, ponderou, a ação da ré foi fomentada pela conduta ofensiva da amante do sapateiro. O incidente, pensou Molsio, só ocorreu por culpa do profissional de calçados, já que ele foi o criador de toda essa relação que culminou na agressão à facada.

O desfecho do caso teve como fundamento o envolvimento de todos os personagens da história. Nas palavras do próprio Molsio, encarregado de solucionar o conflito: "Felizmente, encontrei no Código Penal a solução que me pareceu simu-

taneamente legal e justa para processo em julgamento. No artigo 129, os parágrafos 4º e 5º oferecem a solução desejada – se o agente da lesão corporal leve comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço e, não sendo graver as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de quatrocentos cruzeiros a mil cruzeiros.”.

Molisio aplicou a pena de multa à ré. Mas, segundo ele, era sabido que ela não tinha condições de pagá-la. Diante disso, solicitou ao promotor da comarca que intimasse o sapateiro, para que esse pagasse a multa, sob pena de ser processado pelo crime de abandono material previsto no artigo 244 do Código Penal.

69



O desabafo de Molisio após a sentença reflete a sua busca incessante pela obtenção da justiça e, ao mesmo tempo, a aplicação das normas legais do Direito. Por meio de uma observação inteligente e ampla do contexto social no qual os envolvidos no processo se encaixavam, ele proferiu uma decisão que não deixou de responsabilizar o realizador do delito, mas atacou, principalmente, aquele que construiu o ambiente para que o crime acontecesse. Com sua atitude, Molisio resolveu o mal e chegou à raiz do problema. ‘O sapateiro pagou, e eu fiquei em paz comigo mesmo, lamentando que não pudesse resolver

todos os casos que me foram afetos, desta maneira: satisfazendo a aplicação da lei vigente e minha própria consciência, meu desejo de ser justo".

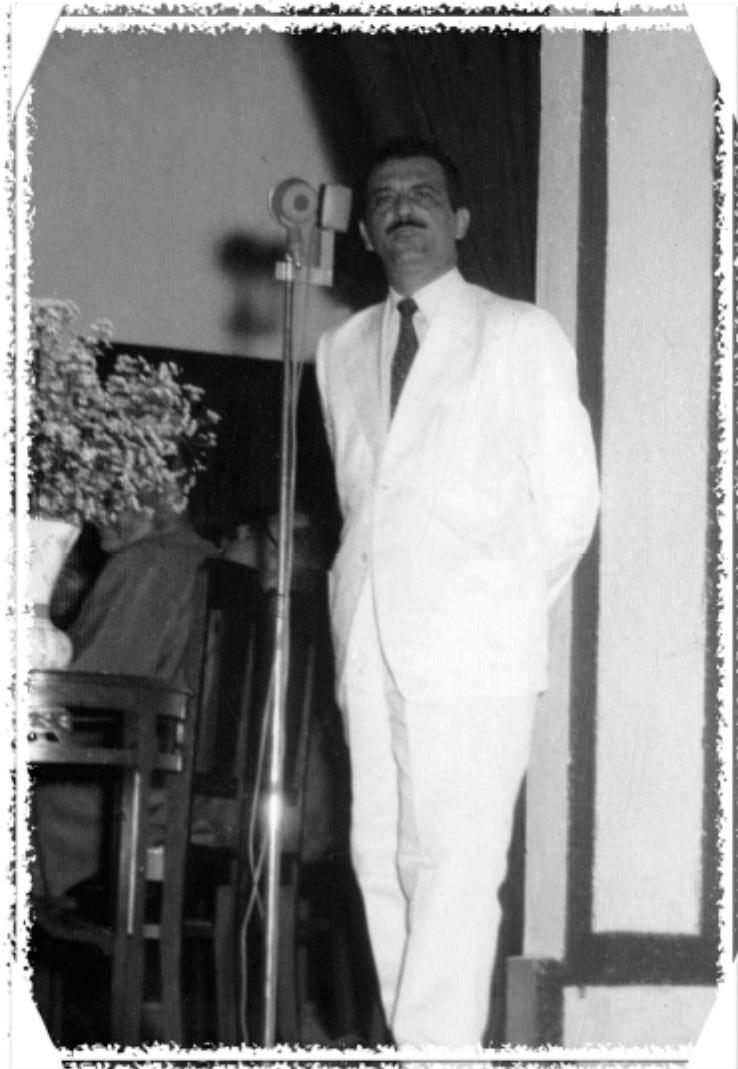


Olhar sobre o Judiciário e a lição de grandeza

"Há questões jurídicas assaz complexas e que geram dúvidas e indecisões na mente do julgador. Isto significa que o juiz, na hora da decisão, tem dentro de si justamente o contrário: uma indecisão, a qual só com o decorrer do tempo pode ser afastada".

A busca incessante pela Justiça nos seus termos mais amplos deveria constituir o norte do Poder Judiciário, órgão cujo trabalho, na visão de Molsio, era indispensável para a ordem e o equilíbrio social. Por isso, ele cultivava a opinião de que a justiça nem sempre era lenta, porque havia casos que precisavam, naturalmente, de um tempo para serem apreciados pelos juízes. Em entrevista ao jornalista João de Albuquerque Alvares, Molsio justificou: "Há questões jurídicas assaz complexas e que geram dúvidas e indecisões na mente do julgador. Isto significa que o juiz, na hora da decisão, tem dentro de si justamente o contrário: uma indecisão, a qual só com o decorrer do tempo pode ser afastada".





Ginásio Municipal Três de Agosto

Essa indecisão natural, pela qual Molsio dizia passar os juízes frente a alguns processos de profunda complexidade, tornava-os pessoas passíveis de erros de avaliação, como acontece a qualquer outro profissional. Ciente de que o ser humano é frágil e, por isso, pode vir a cometer erros, Molsio não tinha receio em reconhecê-los e voltar atrás quando julgasse ser necessário. “Ele era capaz de gestos de humildade e de grandeza. Dignos de quem possuta uma alma superior”, avaliou o secretário de governo Dorany Sampaio, que, em muitas ocasiões, advogou em processos nos quais Molsio era o juiz.

Em um deles, recordou-se Dorany, ficou explícita essa capacidade de Molsio em ser justo acima de qualquer vaidade pessoal. O advogado havia impetrado um mandado de segurança em São Joaquim do Monte (137 km do Recife) contra atos do prefeito que, a seu ver, não vinham observando as garantias legais. Molsio recebeu a ação, mas julgou-a improcedente, ou seja, negou o pedido do advogado. Na época não havia o recurso da apelação, somente um agravo em que a decisão era remetida para que o Tribunal de Justiça apontasse um desfecho.

O juiz também poderia reformar a decisão que proferira, se observasse que isso era necessário. Mas, se agisse assim, sua atitude seria interpretada como a admissão de um erro, o

que para muitos era algo impossível de ocorrer. Motsio não pensava dessa forma. Quando Dorany insistiu junto a ele que a sentença “não era condizente com as dos tribunais e não seguia a doutrina jurídica”, Motsio aceitou o argumento e formulou um outro raciocínio em torno do tema. Ele reconheceu a falha e, sem receio, inverteu a decisão anterior. “Isso era algo muito raro de acontecer”, destacou Dorany, para quem Motsio era “integridade absoluta, altivez, cordialidade e, sobretudo, agilidade de raciocínio”.

A penetração criteriosa e seriedade com as quais Motsio encarava os processos que lhe eram distribuídos não afastavam a possibilidade de ele manter o bom humor no trabalho. Dorany Sampaio que o diga. Numa ocasião, o advogado entrou com uma ação de despejo contra um inquilino que não vinha honrando seus compromissos. O processo, mais uma vez, caiu no colo de Motsio Xavier. A consequência natural depois da entrada dessa ação seria o inquilino contestá-la ou pagar o que devia. À parte, para surpresa de quem estava acostumado ao dia-a-dia na vara em que o caso tramitava, alegou que não tinha condições financeiras de arcar com as despesas e, assim, juntou as chaves da residência onde morava ao processo.

“Foi algo totalmente imprevisto”, definiu Dorany. A imprevisibilidade, porém, somou-se ao comentário de Motsio

para o desfecho do caso. Passado o processo, o advogado foi debater com ele o ocorrido, oportunidade em que o magistrado disparou: "Não é de se estranhar – o juiz 'chave é'". O trocadilho surgido com espontaneidade e igual graça mostrou a proeza de Aloysio Xavier em extrair dos acontecimentos cotidianos razões para provocar risos.

Essas virtudes de Aloysio lhe renderam o respeito e a admiração por parte dos seus colegas de profissão e permitiram que ele exercesse a função de juiz com coerência mesmo em uma época politicamente instável no Brasil: o período da ditadura. Nessa fase, as suas atuações progressistas foram condições fundamentais para que estivesse à frente de um episódio único da história do país: o do assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, mais conhecido como Padre Henrique. O crime teve conotações políticas e despertou a ira da população, que passou a exigir explicações pelo ocorrido.

Em 1969, um ano após a entrada em vigor do Ato Institucional nº 5, que colocou em xeque a liberdade de expressão no Brasil, o corpo do Padre Henrique foi encontrado num matagal da Cidade Universitária, um bairro do Recife. Havia claros indícios de que o religioso fora torturado, o que favorecia a suspeita de que, possivelmente, alguém teria tentado arrancar dele informações, ato típico do comportamento militar da época.

Padre Henrique era auxiliar do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, e tinha a atribuição de dar assistência à juventude. O arcebispo, por sua vez, liderava a corrente da Igreja Católica que contestava o regime militar instalado no país desde 1964. Henrique tinha uma posição firmemente contrária aos métodos de repressão utilizados pelo governo. Ao celebrar a missa em memória do estudante Edson Luiz de Lima Souto, ele começou a receber ameaças de morte por parte do Comando de Caça aos Comunistas, famigerado CCC. O enterro do padre provocou uma imensa passeata pelas ruas do Recife, marcada pelos vários atritos e acompanhada por forças policiais.

O clamor popular pelo esclarecimento do crime obrigou o governo do Estado a se mobilizar. Como estava em jogo a possibilidade de ter sido um crime por razões políticas, o chefe do Executivo teve de determinar a criação de uma Comissão Judiciária de Inquérito (CJI). A presidência da CJI seria ocupada por um juiz indicado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. A análise do perfil dos magistrados em atividade levou a um nome: Alcísio de Melo Xavier.

“Eles precisavam dar credibilidade à investigação. Por isso, escolheram Alcísio, um homem sério, digno e correto. Colocaram a responsabilidade em cima dele”, avaliou o juiz aposentado Onevaldo Maia, que ingressara na carreira

jurídica no mesmo concurso em que Molsio foi aprovado, ficando em 2º lugar. Não se sabe se muitos aceitariam enfrentar esse desafio. Havia muita pressão, muita visibilidade, riscos e a situação era muito delicada, principalmente, pelo período em que os fatos ocorreram", ponderou Dorany Sampaio. Com a simplicidade que o caracterizava, Molsio perguntou à mulher se deveria aceitar a indicação. Dona Eunice afirmou que só ele poderia ter essa resposta. Ele aceitou.

A população e a mídia acompanharam de perto os passos da investigação. A casa de Molsio Xavier, no bairro do Cordeiro, passou a ficar lotada, diuturnamente, de jornalistas, policiais e interessados no caso. O inquérito dirigido pelo magistrado apurou os indícios do crime e acusou, como responsáveis pelo sequestro, tortura e morte do padre, Rogério Matos do Nascimento, o delegado Bartolomeu Gibson, o investigador Cícero Albuquerque, o tenente José Ferreira dos Anjos e os policiais militares Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och.

A mãe do padre Henrique, Isaias Pereira, e uma investigadora chamada Risoleta Cavalcanti foram as principais testemunhas do assassinato, acusando as pessoas apontadas pelo inquérito de terem cometido outros crimes, como o metralhamento que deixou paralítico, em 1969, o estudante Cândido Pinto de Melo.

Apesar de algumas provas serem esclarecedoras e dos testemunhos terem consistência, nenhum dos acusados foi condenado. O desembargador Agamenon Duarte de Lima, na avaliação do caso, deixou escapar que "Há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA". Um dos acusados, o então tenente José Ferreira, se envolveria, depois, em um crime de repercussão nacional: o escândalo da Mandioca. Rogério Matos de Nascimento, em 1999, acabou assassinando um taxista. Ele tinha cumprido onze anos de detenção por dois homicídios e foi posto em liberdade em 1996. Aloísio ainda foi presidente de outra Comissão Judicidria de Inquérito.



A desilusão na magistratura

"Não é possível haver autêntico juiz se lhe falta um sério fundamento moral para as suas atitudes e decisões."

Pelo desempenho profissional, pela capacidade jurídica e postura ética que sempre apresentou, o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado era para ser uma consequência natural da carreira de Molsio Xavier, na opinião daqueles que o conheceram ou o viram atuar na judicatura. Mas isso nunca ocorreu. Por fatores que extrapolam o campo dos critérios jurídicos, Molsio não conseguiu chegar a ser nomeado e empossado como um magistrado de 2º instância. Experiência na área e intimidade com a função não lhe faltavam: durante cerca de 14 anos, ele trabalhou como juiz substituto de desembargador. Foi, ainda, juiz eleitoral e juiz corregedor. As razões para que não alcançasse o posto, então, estavam mais ligadas a questões envolvendo os procedimentos de preenchimento do cargo e o número de vagas ociosas.

No época em que Molsio atuava, o Tribunal de Justiça de Pernambuco era integrado por apenas 15 membros, menos da metade do que é hoje, em 2005. O Tribunal de

79



Justiça de Pernambuco era muito fechado. O número máximo de desembargadores acarretava uma concorrência maior e as vagas surgiam raramente", observou o juiz aposentado Aluiz Tencio. Ele, que foi presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepé), no biênio 86/87, sugeriu, durante a Constituinte, que o número de desembargadores fosse elevado para 25. A cúpula do Judiciário deu sinais de que queria permanecer fechada. Os dirigentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco recusaram, na ocasião, a proposta e recorreram ao Supremo Tribunal Federal para barrá-la. A ideia só viria a se concretizar em 1993, quando a administração do Tribunal concordou com a expansão nesses termos.

80



A sucessão dos acontecimentos relacionados à ociosidade de vagas no Tribunal de Justiça de Pernambuco sugere, porém, que o impedimento foi menos por força das circunstâncias do destino do que da política, espaço que não exercia atração no magistrado e do qual ele procurou se manter afastado durante o exercício da sua profissão. Por duas vezes, Aloísio figurou na lista dos nomes concorrentes a desembargadoria. Numa segunda-feira em que a votação por merecimento seria feita, o desembargador Rodolfo Aureliano ligou para Aloísio e lhe disse: "Você foi o mais votado. Parabéns!". O governador do Estado, a quem cabia escolher o

desembargador, nomeou, no entanto, outra pessoa. Molsio, sua família e magistrados ficaram decepcionados.

Amigos e pessoas que acompanhavam o dia-a-dia da Justiça viam com clareza que se tratava de um jogo político. O caráter de Molsio, contudo, não permitia que se submetesse à troca de influências para chegar ao cargo. "Ele costumava dizer que homem que agrada outro homem é barbeiro", relembrou-se Dona Eunice. O fato de ele não ter ascendido ao cargo foi, ironicamente, uma injustiça para alguns. "Ele foi, infelizmente, injustiçado, com letras maiúsculas. As nomeações eram todas políticas. Molsio não bajularia ninguém, não iria se curvar a interesses alheios. Por isso, foi preferido", acrescentou Onervaldo Maia.

81



A renúncia de Molsio em correr atrás de indicações para ocupar um assento no Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi mais uma forma de manter a coerência com seu caráter e postura profissional do que propriamente inabilidade em costurar conjecturas a seu favor. Existia um porquê para se esquivar da politicagem e dos arranjos intrínsecos a ela.

"Ele era incapaz de pedir votos a um ou outro. Essa foi uma maneira que encontrou de preservar a sua independência como magistrado", frisou Dorany Sampaio. Na posição de pacificador de conflitos sociais, ficar devendo "algo" a alguém poderia significar um contra-senso ao que defendeu por toda a

vida: a neutralidade do juiz como condição imprescindível para sua atuação.

Mas doeu. Molsio se sentiu impotente. Sabia que tinha condições de ser desembargador com a experiência de quem exerceu a função por 14 anos como substituto. Não ocupar o cargo oficialmente foi um peso que, na opinião de pessoas próximas, contribuiu para o pedido antecipado de aposentadoria. O que lhe dola não era deixar de alcançar o status e as relações de poder que a desembargadoria poderia oferecer. A mágoa vinha da constatação de que, mesmo no Judiciário, um poder que deveria ser isento, havia um jogo político que determinava quem tinha direito ou não a ascender na carreira.

82



Com o pensamento firme de que iria parar, Molsio compareceu com Eunice a uma solenidade festiva no Palácio da Justiça, que fica na Praça da República no centro do Recife. No elevador do prédio, encontraram o então governador de Pernambuco, Marco Maciel. Juntos, os três entraram no elevador quando o governador olhou para Molsio e questionou:

- O que eu estou sabendo é verdade?*
- Eu não sei do que você sabe – respondeu Molsio.*
- O seu pedido de aposentadoria...? – especificou o governador.*
- É verdade – confirmou Molsio.*

– Mas eu não vou deixar essa mancha negra no meu governo, não!

– Mas você disse que era meu amigo, Marco... como é que não faz isso?

– O senhor se aposentar no meu governo? Eu assinar sua aposentadoria?

– Então você não é meu amigo...

Percebendo a determinação de Molsio em insistir com o pedido de aposentadoria, Marco Maciel voltou-se para dona Eunice e, meio que sem jeito, indagou:

– Isso é verdade?

– É de verdade.

Convencido de que não havia outro caminho, o governador cedeu, dizendo que no outro dia assinaria a aposentadoria do magistrado. A promessa foi cumprida. Molsio se aposentou aos 62 anos. Faltavam oito para que atingisse a idade máxima para o exercício da função judicante, quando seria aposentado compulsoriamente.

83



A aposentadoria precoce de Molsio foi um choque para muitos. As especulações em torno do que teria de fato motivado o magistrado a parar rapidamente se espalharam. Mas, em entrevista ao jornalista João de Albuquerque Alvares, publicada no Jornal da Vitória, ele expôs a razão pela qual se guiou para tomar a decisão. O entrevistador ressaltou que a

possível nomeação para desembargador vinha sendo aguardada com muita expectativa pelos seus conterrâneos e que a aposentadoria inesperada pôs fim a essa possibilidade, frustrando amigos e admiradores. Molsio deu a seguinte versão para sua atitude:

"Sempre entendi que o magistrado, no cumprimento de seus misteres, deve ser uma pessoa independente, jamais se submetendo a influência ou pressões quaisquer. A independência do magistrado é o penhor mais seguro para que cumpra seus deveres. Um juiz não pode receber favores ou solicitá-los a quem quer que seja. O juiz não se confunde com um simples funcionário público, muitas vezes protegido por políticos e, por isso mesmo, a eles submisso. A consciência do juiz deve ser reta, jamais se desviando do exato cumprimento do seu dever. Sem independência compromete-se essa retidão e sem esta desaparece a segurança para os jurisdicionados.

"Se o juiz chega à conclusão de que não pode, pela independência, assegurar-se a decisão, o melhor é que ele se afaste do cargo. O mau juiz numa comarca é muitas vezes pior do que uma epidemia. Contra esta pode-se recorrer a medicamentos e medidas profiláticas, o que é impossível relativamente à má autoridade, cujos malefícios freqüentemente são irremediáveis. Se o juiz não se sente seguro e verifica que suas convicções não são devidamente apreciadas, o melhor é que se

afaste das funções. Não é possível haver autêntico juiz se lhe falta um sério fundamento moral para as suas atitudes e decisões. No momento em que o juiz começa a ter dúvidas sobre esses valores começa ele também a ser menos juiz e sua permanência na magistratura pode ser danosa para os jurisdicionados.

"Desiludido ao ver que os princípios que me fundamentavam a função judicante eram válidos somente para mim, restava-me tão-somente desistir das minhas funções. Do mesmo modo que não posso compreender um médico que não tenha desvelo pelo enfermo, também não comprehendo o magistrado cuja preocupação seja sobretudo a de galgar posições elevadas dentro dos quadros do Poder Judiciário.

"Agradeço profundamente o desejo de meus conterrâneos referente à minha ascensão dentro da carreira judicária, mas há princípios, como os que acabei de referir, que não podem absolutamente ser relegados a um segundo plano. É mais valioso o magistrado que exerce modestamente suas funções do que um outro, ministro do mais elevado tribunal do país e que atue ao sabor dos políticos influentes. "

O professor da justiça: a dedicação ao conhecimento

"O vosso máximo dever é o de amar extremosamente a ciência a que vos dedicastes. Amar o Direito é uma das mais fecundas e grandiosas formas de amor à humanidade. É a ele que cabe promover a progressiva interação de indivíduos e de grupos sociais, assim germanando homens e povos, dentro de uma ordem internacional harmoniosa".

87

Alciso deixou o Direito na prática, mas não se afastou dos estudos e da busca pelo conhecimento. Uma das atividades que soube conciliar enquanto apreciava processos para julgamento foi a de professor. Depois de ter ensinado nas escolas de sua cidade natal e na Técnica Federal de Pernambuco, ele dedicou-se às turmas do Ensino Superior. O potencial dele como magistrado impressionou, além dos seus colegas de trabalho e autoridades, os diretores das faculdades de Direito que havia no Estado. Todas se interessaram em tê-lo como docente. E, sendo assim, no seu currículo como professor, consta passagem pela Universidade Católica de Pernambuco, Faculdade de Direito do Recife, de Caruaru, de Olinda e da



*Escola Superior da Magistratura de Pernambuco
(Esmape).*

O contato diário em salas de aula com pessoas que estavam buscando formação para se iniciar na carreira foi, para Alciso, prazer maior do que o de exercer a magistratura em si. Ele via no ato de lecionar uma transcendência espiritual quase que comparável aos passos dados pelo Icône máximo do Cristianismo. Em entrevista ao jornalista João Álvares, ele explicou:

"Tive a oportunidade de lecionar em cursos do Segundo Grau e de nível universitário. Suponho que o exercício do magistério tenha sido o que mais intensamente me satisfez, embora que, também no desempenho da magistratura tenha me sentido bastante honrado com o cumprimento dos misteres inerentes aos cargos que me foram confiados. Sempre entendi que, no magistério, melhor me realizava, sobretudo pela oportunidade de uma maior convivência com os jovens discentes. Para se ter uma idéia mais completa da transcendência do ensino, basta recordar que o próprio Cristo foi chamado Mestre, o Divino Mestre".

No exercício do magistério, Alciso foi também aluno. Ele viu nascrer talentos que em um tempo próximo seriam reconhecidos pela sociedade. Fez amizades e colecionou situações curiosas. Uma delas ocorreu quando estava aplicando uma prova de Direito Comercial na Faculdade de Direito do



Recife e foi relatada no artigo “*Dadivosa massa falida*”, escrito por ele para o periódico “*O Lidador*”, em 1981. O exame continha uma questão sobre o estado de falência. Ao corrigir as provas, Molsio se deparou com uma resposta um tanto quanto inesperada. Um soneto, que dizia assim:

*Professor Molsio Xavier:
Dissertar sobre o estado de falência
Não cabe à minha média inteligência
Que não dispõe de um Código sequer.*

*Para a dissertação faz-se mister
Que as palavras contenham a seqüência,
O ritmo perfeito da eloqüência.
Que, no momento, despontar não quer.*

89



*Eu só sei que falência é humilhação
Que pode conduzir um cidadão
Em dois minutos à Tamarineira.*

*É coisa muito séria. Infelizmente,
Há muito que falência é o que a gente
De falar nessa Pátria Brasileira!*

O autor da resposta original foi identificado por Aloisio. Tratava-se do poeta Orlando Meira Tejo, jornalista do Diário de Pernambuco que, posteriormente, publicaria a obra "Jé Limeira - o poeta do absurdo". Aloisio reagiu dessa maneira ao que escreveu Orlando: "Embora desservido de veia política, resolvi julgar a inaudita resposta versificada também em versos. Parti do nome de Orlando Tejo para recordar o Orlando Furioso de Ariosto. O Tejo, o mais extenso rio da Península Ibérica, fez-me evocar a mitológica fonte da Castália, onde se abeberavam os sedos, primitivos poetas da Grécia. Eis o resultado da mistura desses ingredientes:

90



*Da Castália a linfa clara
Inundando o Tejo vai
E uma poesia rara
Da pluma logo lhe sai.*

*Porém não canta a beleza
Que a sua vista atesta,
Contemplando a natureza
Engalanada, em festa.
Canta sim – e em longo brado –
(Mas que pena! Sem ciência!)
Do mercante bem quebrado
Seu estado de falência*

*Tejo é poeta notável,
Digno de uma nota,
Mas não lhe é favorável
Aquela que o mestre adota:*

*Dou dez ao poeta vero,
Com distinção e louvor.
Ao estudante? Dou zero,
Com pena, mágoa e dolor.*

*Não se vá esfriando
Como o seu xará Orlando
Face à nota dolorosa.
Para obter o reverso
Jamais me responda em verso,
Somente com boa prova.*

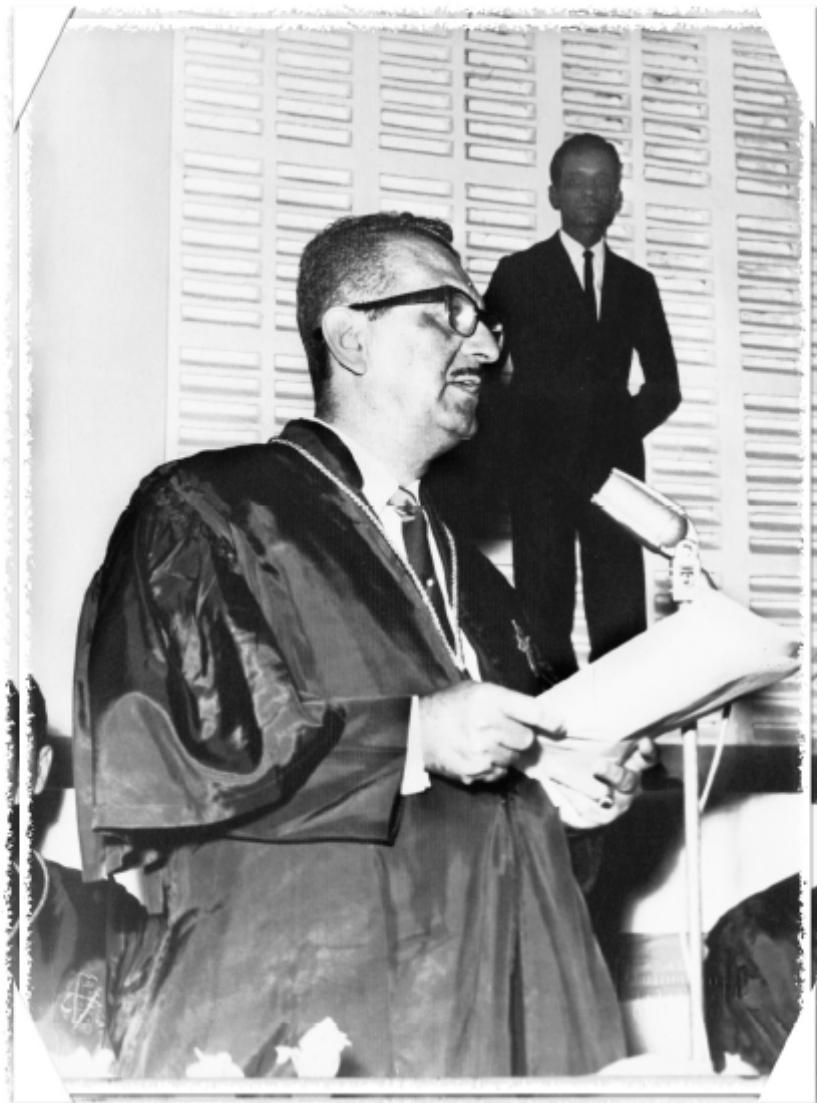
91



Alessio não colocou nota zero em Orlando Tejo, alegando que seria injustiça com um consumado talento paraibano. Mas o episódio serviu para solidificar uma amizade.

"Hoje eu vivo inundado pelo Tejo, enorme amigo que é, ocupando todos os apartamentos do meu velho coração", anotou o professor no artigo. E, no mesmo espaço, não desperdiçou a oportunidade de dizer que "o estado de falência é a frustração

92



Caruaru, 6-12-1969 - Paraninfo da turma

total, o fatídico ponto final, o caos de uma aventura em termos de empresariado, como versificou Tejo. Retrata a infelicidade e seu cortejo. Em suma, é o nada. Mas, contrariando o "De nihilo, nihil", pelo menos entre um Aloisio e um Orlando, uma massa falida, um estado de falência, tratada e metrificada rimadamente, longe de mandar alguém ao hospício, erigiu-se numa das maiores riquezas humanas: a amizade leal, franca e perene entre duas criaturas que se conheceram numa sala de aula".

Aloisio avaliou o episódio como uma lição do que significa ensinar. Embora considerasse a remuneração incompatível com a função, o magistério permitia que "almas afins e amigas, em fértil simbiose, em empatias convoladas em simpatias e afetos, marcando, em profundezas, vidas que prosseguiriam, paralelas e ignoradamente, se não fosse o conviver frequente na sala de aula". Um privilégio que, segundo ele, só era possível de ocorrer na "arena iluminada pela luz do arrebol – a sala de aula".

A maneira de encarar o magistério e a dedicação aos alunos foi reconhecida ao longo da sua experiência profissional como professor. Por diversas vezes, Aloisio foi escolhido como paraninfo das turmas de formandos em Direito. Para elas, além do conhecimento dividido durante o curso, ele fez o discurso de encerramento das atividades em sala de aula. Orações em que teve o privilégio de oficializar o encerramento da vida de

estudante para dezenas de formandos e trazar as perspectivas do mundo do Direito que os aguardava.

No discurso "Estote Fidelis Juriscultores", proferido para os formandos da Faculdade de Direito de Caruaru, em 1969, Molsio chamou atenção para o relacionamento que, no seu ponto de vista, existia entre educandos e educados. Disse ele: "Professores e ex-alunos passam a se reencontrar ao longo da vida e não mais podem se dispensar um tratamento como se desconhecidos ou indiferentes fossem. Entre eles um laime haverá sempre, forjado pelos vividos dias de ensinamentos e aprendizagem. Eventualmente até alguma antipatia ou animosidade podem surgir como seqüela de algum desaviso no correr da experiência letiva".

94


No auge da ditadura, em que a ordem era sobrepujada pela autoridade militar, Molsio teve a coragem de advertir os bacharelados sobre a importância em lutar pela manutenção do Estado de Direito, ao qual todos deveriam se submeter.

"Negar ao Direito essa preeminência sobre o Estado é feri-lo de morte, é evaziar-lo do conteúdo científico, é viscerá-lo. Nessa hipótese não estaria precisamente sucedendo novo tipo de crise e sim a própria morte do Direito, do Direito que jamais poderá ser confundido com a lei".

Ele deixou conselhos aos formandos sobre os caminhos que podem seguir dentro do Direito e alertou quanto aos riscos

que esses oferecem. Aos que queriam ser advogados, falou: "De todos que atuam no foro, o advogado é o que mais se movimenta com mais amplos horizontes, dentro do seu saber. A Advocacia, porém, como ética, é um constante exercício da virtude. A tentação passa sete vezes cada dia em frente do advogado".

Para os que pretendiam entrar no Ministério Públco, o magistrado declarou: "Tendes sempre na mais alta conta a magnificência do vosso trabalho na defesa dos impostergáveis interesses sociais, evitando com o vosso denodo que forças maléficas se congreguem contra a coletividade. Apontareis o criminoso para que a lei penal tenha a sua exata aplicação. Cuidareis dos menores abandonados ou infratores, zelareis pelos incapazes, tudo fareis, em suma, para que o império da lei não seja um mito, para que a própria lei não se transforme em verbiagem confinada nos códigos".



Por fim, Molsio dirigiu a palavra aos que, por desejo, almejavam ingressar na magistratura. Com a experiência de quem já tinha suportado pressões diversas e conhecia os pormenores da profissão, ele expôs alguns dos detalhes com os quais se confrontariam os futuros juízes e deixou-lhes um ensinamento: "O juiz pode ser assediado e tentado pelas sereias. Se for homem de rígida e inflexível formação, vencerá as tentações contra ele desencadeadas. O inverso também pode acontecer. O julgador, assediado intelligentemente, vem a

cometer injustiças. Em geral, obtém qualquer sorte de vantagem. É inevitável”.

“Há consciências por definição respeitáveis, que são, no entanto, mais pesadas que o ar da honestidade, do decoro e da decência. Pensam que sobem, mas estão descendo, porque aceitam o estranho e abominável ensinamento do grego Eurípedes, ao expressar que, ‘se for necessário cometer injustiças para chegarmos ao poder, cometamos essas injustiças; em tudo o mais, em todas as outras circunstâncias sejamos honestos’”.

Aos formandos em Direito da Universidade Católica de Pernambuco, em 1973, aconselhou que o amor pelo Direito era uma obrigação a qual eles teriam de seguir. “O vosso máximo dever é o de amar extremosamente a ciência a que vos dedicastes. Amar o Direito é uma das mais fecundas e grandiosas formas de amor à humanidade. É a ele que cabe promover a progressiva interação de indivíduos e de grupos sociais, assim germanando homens e povos, dentro de uma ordem internacional harmoniosa”.

O pensamento que nutria pela real busca da justiça não foi esquecido diante de alunos que, agora, passariam a ser profissionais. Moisio, que sempre procurava enxergar o que havia na base de cada ato delituoso, não se limitando à aplicação cega e automática da lei, transmitiu aos ex-estudantes universitários a importância dessa visão circunstancial. “O que

faz uma lei ser autenticamente uma lei não são somente as palavras aglutinadas para formalizá-la, circunvalando-se em artigos, parágrafos, incisos e alíneas. Há, por trás de tudo isto, a força social representada e como que ali represada; existe um sentido evolutivo, uma gama de aspirações coletivas, como que ali sintetizadas. Importa, então, considerar o teor da Justiça que as palavras potencializam, de modo a permitir o seu recebimento pelo destinatário, o povo, através do trabalho consciente do intérprete e aplicador, do trabalho que, doravante, será também vosso."

Cinco anos depois, em 1978, voltaria a tocar na importância da análise das circunstâncias pelos operadores do Direito ao praticá-lo. Dessa vez, para formandos da Faculdade de Direito de Pernambuco: "Não é possível, entretanto, ignorar as reais necessidades sociais. Por isso é dever do jurista, acima de tudo, aprender a receber o novo, capacitar-se para aprender os novos valores, tornando-se, destarte, apto para contribuir em prol da instauração de uma ordem jurídica cada vez mais humanizada, cada vez mais justa. Já houve, aliás, quem advertisse que a educação jurídica deveria preocupar-se, propriamente, menos com o ensino do Direito em vigor e mais com a tarefa de criar mentes capacitadas para raciocínios jurídicos, para soluções jurídicas."

Quarenta mil formas de ver o mundo

"O livro, assim, é 'um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive'".

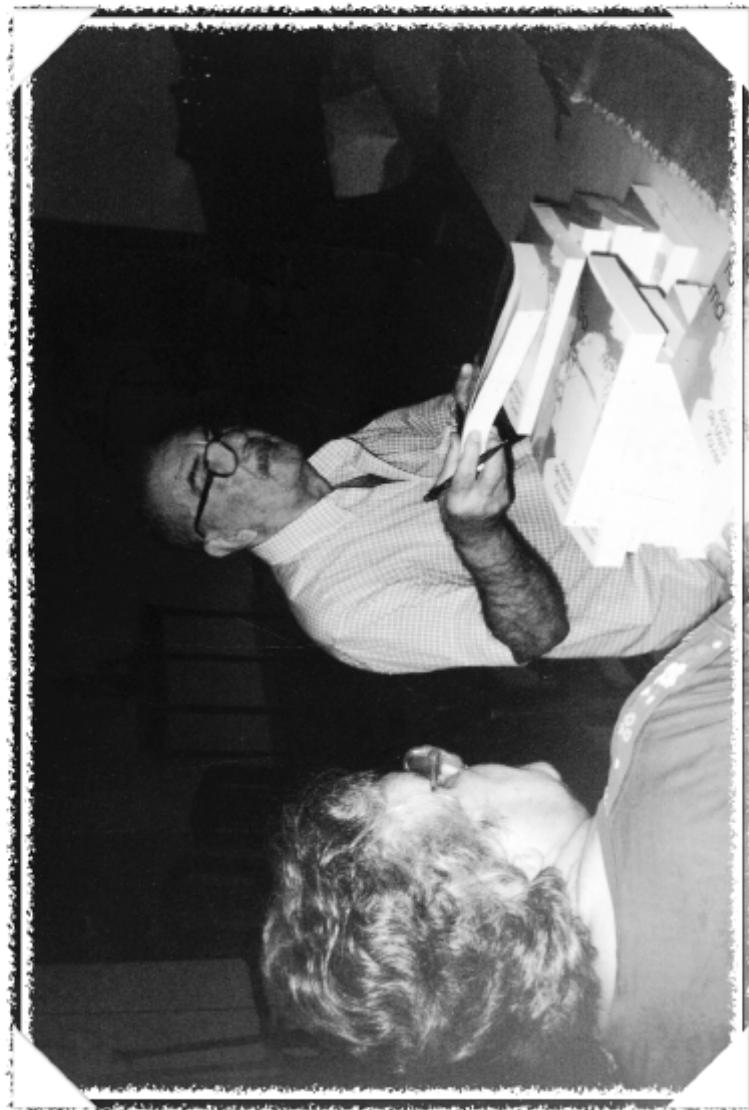
As palavras de Nolílio apenas refletiam a postura que procurou manter ao longo de sua vida na magistratura e advocacia. O exemplo a ser observado e servir de lição era ele mesmo, segundo relatos dos que o conheceram na intimidade. Se pedia para que os futuros operadores do Direito observassem todos os elementos que poderiam estar inseridos num conflito jurídico, do fato em si às razões mínimas que o motivaram, era porque na sua prática cotidiana procedia dessa forma. Se recomendava a seus alunos que se mantivessem atualizados, absorvendo o conteúdo das leituras dos clássicos e dos autores do dia-a-dia, era porque fazia da leitura um prazer constante e uma fonte de inspiração para a vida e o trabalho.

E talvez tenha sido na leitura que Nolílio colheu os princípios que fundamentaram seus passos na atuação como magistrado. Desde pequeno, adquirira o hábito de ler. Com o

99



100



Lançamento do seu livro *Panorama*

passar dos anos, a referência aos grandes autores tornara-se inevitável. Com eles, Molsio mantinha um diálogo permanente e deles extraía a seiva que alimentava as suas decisões e comportamento, aliados, é claro, à sua vivência e ambiente social.

Em busca de imergir nos livros, Molsio começou sua coleção de obras desde pequeno, quando trabalhava na loja do pai. Ao crescer, não interrompeu o gosto pela coisa e continuou a adquirir cada vez mais volumes de várias áreas do conhecimento. Do dinheiro que ganhava trabalhando, sempre sobrava uma quantia para garantir a compra de uma edição que, a passos firmes, foi aumentando a coleção estocada na sua casa. Tal rotina de compra e aquisição de livros permitiu a Molsio formar um verdadeiro tesouro no local em que vivia. Logo na entrada de sua residência, no bairro do Cordeiro, onde ainda mora sua ex-esposa, Dona Eunice, é possível visualizar uma imensa biblioteca, que reúne, aproximadamente, 40 mil obras.

Em meio aos volumes, há pérolas das culturas ocidental e oriental, passando pelos campos do Direito, da Filosofia, Matemática, Pintura, Religião, Física, Química e Música. Molsio cultivou uma relação de carinho com seus livros, "com os quais conversava diariamente, em meio a uma instigante simbiose intelectual", como observou uma matéria para o jornal "O Judiciário", do inicio de 1997, sobre a relação de Molsio

101



com sua biblioteca. A reportagem dava conta de que o magistrado lia algumas obras ainda no seu original – em latim, alemão, grego, francês, espanhol, tais como Dostoiévski, Proust, Dante, Goethe, Homero, Cervantes, Virgílio e outros clássicos da literatura mundial.

Em uma crônica intitulada “A respeito dos livros”, Motsio Xavier descreveu a sua paixão pelos livros, dizendo que não sabia mais se era um “bibliófilo” ou um “bibliomaniaco”. “Por isso que hoje vivo rodeado de centenas de livros, alongando-se palmo a palmo, por diversas prateleiras de múltiplas armações de aço, enfileirados, germinados, aconchegados como se estivessem com frio, mas também humildes, silenciosos, pacientemente aguardando que mão amiga se estenda, colha-os, abra-os, compulse-os, faça-os falar.

102

AMERPE

Lembram sempre, sem dúvida, o Padre Antônio Vieira, pois persistem sendo aqueles mesmos mestres mudos, que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos. Livro, assim, é ‘um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive’”.

Com tanto apreço pela leitura, Motsio tornou-se um escritor. Ele teve sentenças e votos publicados em diversos números das revistas “Arquivo Forense”, “Assistência Judiciária e seu Alance Social” e “Anais dos Encontros

da Magistratura Pernambucana". Colaborou, também, com a imprensa de sua cidade natal, ao escrever para os periódicos "O Victoriano", "O Líder", "O Vitoria-jornal" e na revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória.

A prática da escrita levou Moisio a fazer seu próprio livro. Em 1994, ele publicou "Panorama", pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepé), uma coletânea com textos dos mais variados momentos de sua vida. Na obra é possível encontrar discursos que fez como paraninfo para alunos formandos, aula inaugural em Faculdades, saudações a amigos e autoridades, homenagens a personalidades do mundo jurídico e político, palestras, discursos de inauguração e entrevistas nas quais expõe um pouco dos seus pensamentos e experiências. Moisio também não esqueceu de pôr no volume recordações que guardava dos pais e conselhos que deixou para mulher e filhos.

103



"Panorama" é uma edição com quase 500 páginas. Um compêndio do que foi o magistrado e ser humano Moisio Xavier. Seus momentos tristes, suas alegrias, seus dias de glória com a resolução de conflitos e de indignação com as mazelas sociais. Fazem parte a passagem de situações marcantes na vida do juiz e daqueles que conviveram com ele. Apresenta referências para os iniciantes na carreira do Direito e uma reflexão para os que nela já atuam. O professor José Rafael

de Menezes definiu a obra como uma "símula da bela vida de Molsio Xavier, marcada por um ecumenismo erudito. É um roteiro bibliográfico que a partir da 'República', de Platão, passa pelas 'Confissões', de Santo Agostinho, invoca a 'Suma Teológica' de Santo Tomaz de Aquino. Convive com juristas como Dugut, Del Vecchio, Pontes de Miranda e Miguel Reale".

O poeta das leis

O livro Panorama também revela uma faceta de Molsio que apenas os mais próximos conheciam: a de poeta. A parte final da edição é destinada às poesias escritas pelo magistrado e pelos trocadilhos que fazia com todo o tipo de assunto que lhe surgia à frente. As poesias falavam dos parentes, da vida judicante, do conceito de justiça e do relacionamento dele com esses elementos.

A família, Molsio dedicou o seguinte poema:

105



Dona Cunice Xavier,
Mae de Gustavo e de Fred,
É uma grande mulher
Ninguém a ela excede.

É ela mãe de Maurice
E tem outra graça: Praça
Meu Deus, quem foi que me disse,
Que eu fizesse tanta praça?

106



Academia Pernambucana de Letras Jurídicas



*Sabem quem mais se acumula,
Nessa família do amor?
Fátima, a boa caçula
E dr. Dê, professor.*

Os poemas também serviram para expressar o amor que sempre nutriu pela terra natal, hoje a cidade de Vitória de Santo Antônio:

*Ó Vitória, tu tens o meu passado
Que pertence a nós dois à mãe e ao filho
Para mim só o amor inviolado.*

107



*Canto de ti o hino e o estribilho,
Ninguém canta mais alto do que eu!
Vitória, qual amor igual ao meu?*

Nos versos, não poderia ficar de fora a visão que tinha da Justiça, sua companheira fundamental de trabalho:

*Dívidos invejosos destruindo
Esforços nos caminhos despendido
E o sofrimento próprio, construindo*

*Sonho monumental estremecido.
Minguada é a Justiça decidindo
Do ideal pelo homem assumido.
A cada passo Têmis vai caindo,
Quando em teu leito aceita alguém vendido.*

*Nada importa porém o julgamento,
Se de invejosas bocas prolatado
A derrota amanhã será vitória.*

*Será a dor prazer e não tormento,
Pedro Segundo o disse, inspirado:
“A Justiça de Deus na voz da história.”*



O reconhecimento nas homenagens

"... na vida sempre amei a Deus".

Apostura de Motsio Xavier ao longo do exercício da magistratura lhe rendeu participação em instituições e, sobretudo, homenagens por parte daqueles que acompanharam a sua atuação. Pelas cidades onde passou ele foi um juiz reconhecido e recebeu condecorações pelas decisões bem fundamentadas, coerência intelectual e desempenho ético. Os títulos honoríficos tornaram oficial o que pessoas próximas já podiam confirmar em testemunhos abertos: a capacidade de Motsio em representar com dignidade o papel que lhe foi conferido ao ingressar no Poder Judicidrio. Mais que isso: o quanto o magistrado soube conciliar no campo profissional e pessoal valores condizentes com o que se espera de uma pessoa cujo senso de Justiça e a retidão foram as marcas maiores no caráter.

Motsio foi considerado o magistrado do ano de 1977, título conferido pela bancada de Imprensa da Câmara Municipal do Recife. Foi condecorado com a Medalha Comemorativa do 20º aniversário da criação da Faculdade de Direito de Caruaru e com a dos 25 anos da Universidade Católica de Pernambuco.

109



Um dos primeiros a receber a medalha do Mérito Judicidrio Desembargador Joaquim Nunes Machado, outorgada pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco em agosto de 1985.

Ganhou, também, a Medalha de Honra ao Mérito Djalma Raposo; a comemorativa do 40º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória (1991); Medalha Comemorativa do Sesquicentenário de Vitória Cidade, concedida pela Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão (1993).

110



De duas cidades onde foi juiz, Mosisio recebeu o título de cidadão local. Em abril de 1994, a Câmara Municipal de Camocim de São Félix outorgou-lhe a comenda em homenagem aos serviços prestados no passado. Antes disso, porém, em 1979, a Câmara Municipal do Recife deu-lhe o título de Cidadão do Recife. No discurso de agradecimento na Casa José Mariano, Mosisio falou sobre a relação que manteve com o Recife, desde os dias em que chegou à cidade para estudar, ao tempo em que, já maduro, ensinou na Faculdade de Direito. O magistrado aproveitou a oportunidade para recordar o que lhe ficara na memória sobre a Veneza Brasileira:

“As pontes recifenses, nesses hilens de solidez debucados sobre a liquidez do Capibaribe e do Beberibe, interligando

bairros, eu pernaguei, contepliei casas térreas ou assobradadas, e os palácios e mansões, em que, quanta vez, alia-se a beleza tectônica à respeitável vetustez.

Aloisio foi lembrado mesmo depois de ter falecido. Ao seu enterro, compareceram, além de familiares e amigos, magistrados e personalidades do mundo jurídico e político. O Jornal da Vitória dedicou-lhe duas páginas e anotou: "Vitória chora a morte de um de seus filhos mais ilustres: Dr. Aloisio de Melo Xavier".

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o requerimento nº 1688/2000, do deputado Henrique Queiroz, pedia um voto de pesar aos familiares do magistrado. Enumerando os feitos de Aloisio, o documento justificava que se tratava do "desaparecimento de um grande vitoriense, orgulho de seus conterrâneos, de sua família e todos os que privaram de sua convivência e exemplo". Um dia depois, foi redigido o requerimento nº 1645/2000, do deputado Ulysses Tendório, que também pedia votos de condoléncia pelo falecimento do magistrado. O texto afirmava que a morte de Aloisio "é uma perda substancial, principalmente nos meios jurídicos, deixando consternados seus amigos e familiares".

Hoje, a cidade de Vitória carrega a lembrança de um filho ilustre até em uma de suas ruas. A em que morou o ex-juiz

foi rebatizada com o nome de Mário de Melo Xavier, o jornalista, escritor e, sobretudo, magistrado.

O amigo José Edvaldo escreveu que era uma obrigação preservar a memória do jurista. No Jornal da Vittoria, ele deixou as seguintes palavras, que funcionaram, também, como um resumo sucinto do que foi o magistrado:

"Por dever de Justiça, os historiadores de nossa terra devem registrar para a posteridade a figura do intelectual por excelência, do professor emérito, do magistrado reto, do escritor talentoso, do orador fluente, do poeta sensitivo, do trocadilhista genial, do cidadão patriota Mário de Melo Xavier".

© Copyright by AMEPE

Organizador

*Juiz Carlos Magno Cysneiros Sampaio
Diretor Cultural da Amepe*

Coordenação Técnica e Planejamento Gráfico e Editorial:

*Bel. Joseane Ramos Duarte Soares
Bibliotecária – CRB-4/1006*

Revisão: Profª. Euliene Staudinger
Editoração eletrônica: Joselma Firmino

Jornalista – Autor do texto

Tiago Barbosa Silveira

Os Cadernos da AMEPE cumprem a Lei nº 1.825 de 20/12/1907 (Depósito Legal) sendo enviados para a Biblioteca Nacional.

DIREITOS RESERVADOS À ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - AMEPE

Tiragem: 1000 exemplares

Cadernos da AMEPE / Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco – v. 1, n. 1 (2005-). – Recife : AMEPE, 2005 –

1. Direito-Periódico. 2. Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco. 3. Aloísio Xavier - Biografia.

CDD 340.5

ISSN 1809-0451